



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

BÁRBARA SALOMÃO EGGERT

**A DURAÇÃO RAZOÁVEL DA PRISÃO PREVENTIVA E O EXCESSO DE PRAZO
NA FORMAÇÃO DA CULPA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF**

**BRASÍLIA
2019**

BÁRBARA SALOMÃO EGGERT

**A DURAÇÃO RAZOÁVEL DA PRISÃO PREVENTIVA E O EXCESSO DE PRAZO
NA FORMAÇÃO DA CULPA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
(FAJS) do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador(a): Prof. Marcus Vinicius Reis
Bastos

BRASÍLIA
2019

BÁRBARA SALOMÃO EGGERT

**A DURAÇÃO RAZOÁVEL DA PRISÃO PREVENTIVA E O EXCESSO DE PRAZO
NA FORMAÇÃO DA CULPA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
(FAJS) do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

BRASÍLIA, 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Marcus Vinicius Reis Bastos
Orientador

Prof. Dr. Humberto Fernandes de Moura
Prof. Examinador

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar os aspectos, conceituais e principiológicos, inerentes a prisão preventiva, com especial enfoque à questão do excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista a ausência de fixação de marcos objetivos de duração dessa modalidade de prisão processual. O trabalho apresenta, ainda, considerações sobre as teorias já adotadas pela doutrina, legislação e jurisprudência referentes ao princípio da razoável duração do processo. A pesquisa, adiante, investiga a repercussão da edição, pela Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios, da Instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011, na forma como o Tribunal de Justiça julga os pedidos de relaxamento de prisão. Dentro desse estudo, é questionada a conformidade dos julgamentos da Corte Distrital à luz dos princípios da presunção de inocência e da duração razoável do processo, dentro do que se espera de um Estado Democrático de Direito. Ao final, propõe soluções para a situação de indeterminação da duração da prisão preventiva.

Palavras-chave: Processo penal. Prisão preventiva. Excesso de prazo. Princípio da razoável duração do processo. Presunção de inocência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PRINCIPIOLOGIA	8
1.1 Princípio da Presunção de Inocência	10
1.2 Princípio da Razoável Duração do Processo	14
1.3 Princípio da Jurisdicionalidade e Motivação	21
1.4 Princípio do Contraditório	23
1.5 Princípio da Provisoriedade e Provisionalidade	24
1.6 Princípio da Excepcionalidade	25
1.7 Princípio da Proporcionalidade	25
2 DA PRISÃO PREVENTIVA	28
2.1 Conceito e natureza jurídica	28
2.2 Momento e forma de decretação	28
2.3 Requisitos e fundamentos da prisão preventiva	32
2.3.1 <i>Fumus commissi delicti</i>	34
2.3.2 <i>Periculum libertatis</i>	35
2.3.2.1 <i>Garantia da ordem pública</i>	35
2.3.2.2 <i>Garantia da ordem econômica</i>	37
2.3.2.3 <i>Conveniência da instrução criminal</i>	38
2.3.2.4 <i>Assegurar a aplicação da lei penal</i>	38
2.4 Hipóteses de admissibilidade	39
2.5 Duração da prisão preventiva	40
2.5.1 Evolução legislativa e jurisprudencial	41
2.5.2 Teoria do não prazo e os critérios de razoabilidade em que se autoriza o reconhecimento do excesso de prazo	42
3 PRISÃO PREVENTIVA E O EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA NA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF	47
3.1 Objeto e resultado da pesquisa	47
3.2 Considerações sobre a instrução nº 1/2011 da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios e seus impactos nas decisões do Tribunal	48
3.3 Análise de compatibilidade com os Princípios da Razoável Duração do Processo e da Não Culpabilidade	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Dentre as modalidades de prisão processual existentes no ordenamento jurídico brasileiro, constatou-se que a prisão preventiva, a mais gravosa dentre elas, é a única que não possui determinação legal de um prazo máximo de duração. Esse fato acaba por criar situações prejudiciais ao acusado, em que ele pode chegar a ficar meses, ou até mesmo anos preso por não ver seu processo chegar a um fim. Assim, muitas vezes a prisão preventiva perde seu caráter de cautelaridade e ganha aspectos de antecipação de pena, quanto mais tempo o acusado permanece encarcerado em razão da mora processual.

Sabe-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem adotando o princípio da razoabilidade, determinando que os prazos eventualmente indicados para a conclusão da instrução criminal, bem como a simples soma aritmética dos prazos processuais serviriam apenas de parâmetro geral. Entretanto, apesar do esforço exercido por essa Corte Superior para aplicar a razoabilidade aos casos, estabelecendo critérios subjetivos, entende-se que não é uma questão tão simples.

O trabalho possui como objetivo geral analisar o instituto da prisão preventiva no Brasil, com todos os aspectos a ela inerentes, ou seja, os princípios reguladores, o momento e a forma de decretação, os requisitos, os fundamentos, as hipóteses de admissibilidade e a duração. Assim, a monografia aborda os temas partindo do objetivo geral até chegar ao objetivo específico, sendo dividida em três capítulos.

A fim de possibilitar a construção do trabalho, a metodologia adotada envolveu, principalmente, o levantamento de jurisprudência obtida através do *site* do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Por meio desse levantamento, foi possível a apresentação dos julgados representativos do entendimento da Corte.

As decisões pesquisadas tiveram como recorte temporal os períodos entre 1ª de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2018, escolhidos especificamente em função da Instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011, da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal, que desempenha papel fundamental no problema de pesquisa.

Além disso, tendo em vista o caráter eminentemente doutrinário do tema escolhido, a análise bibliográfica e documental foi imprescindível. A pesquisa se concentrou na análise de documentos acadêmicos, artigos científicos e livros.

O primeiro capítulo desenvolve a discussão acerca dos princípios fundadores da prisão preventiva, quais sejam, a jurisdicionalidade e motivação, o contraditório, a provisionalidade, a provisoriedade, a excepcionalidade e a proporcionalidade. É reservado

espaço especial, ainda, para os princípios da razoável duração do processo e da presunção de inocência, tudo de forma a embasar o ponto principal, integrante do problema de pesquisa: o debate acerca da duração razoável da prisão preventiva e o excesso de prazo na formação da culpa e a conformidade dos julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal com os conceitos doutrinários dos mencionados princípios.

No segundo capítulo é apresentada a construção do entendimento doutrinário sobre a prisão preventiva, incluindo seu conceito e natureza jurídica, o momento e forma de decretação dessa prisão cautelar, bem como seus requisitos, fundamentos, hipóteses de admissibilidade e, em especial, uma discussão aprofundada sobre sua duração, apresentando a evolução legislativa e jurisprudencial do tema. Ao final deste capítulo, são retratados os pormenores dos critérios adotados pela atual jurisprudência dominante (teoria do não prazo), a fim de embasar a discussão que se apresenta no terceiro capítulo.

No último capítulo, o problema de pesquisa e os objetivos específicos são desenvolvidos com maior enfoque, porquanto é realizada a análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios frente a Instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011, de sua Corregedoria de Justiça, a fim de averiguar se este ato normativo alterou a forma como o Tribunal julga os pedidos de relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo na formação da culpa. É discutida, então, a conformidade das decisões do TJDF com os princípios da razoável duração do processo e da presunção de inocência. Ao final, há a proposição de uma possível solução para a indeterminação da duração da prisão preventiva.

1 PRINCIPIOLOGIA

Ressalta-se antes de tudo, que o estudo da principiologia deve passar pelas noções do que se entende por Estado Democrático de Direito. Segundo Pacelli (2018, p. 32), os modelos de definição do Estado Democrático de Direito se encontram na esfera da teoria discursiva do direito, que tem como objetivo alcançar a legitimidade do ordenamento e do Direito, por meio do procedimento.

Uma das reflexões trazidas pelo autor resta na ideia de que a maior participação da população na definição do sentido das normas jurídicas e do caráter vinculante do direito estatal seria uma forma de alcançar tal legitimidade, tomando a Constituição como referencial formal para a obtenção e controle da validade da produção legislativa (PACELLI, 2018, p. 32).

Destaca-se que a ideia de Estado Democrático de Direito que temos, atualmente, está voltada para a necessidade de “[...] reconhecimento e de afirmação da prevalência dos direitos fundamentais” (PACELLI, 2018, p. 33). Essa noção seria utilizada, principalmente, como método de interpretação constitucional do direito penal e processual penal, na busca de um direito penal de intervenção mínima, a fim de combater ações gravosas ao indivíduo (PACELLI, 2018, p. 33).

À luz dessa necessária interpretação constitucional, voltada para a afirmação dos direitos fundamentais, surgem os postulados da “[...] máxima efetividade dos direitos fundamentais e o da proibição de excesso”, desdobramentos do princípio da proporcionalidade (PACELLI, 2018, p. 33-34).

Nesse ponto, é importante distinguir os postulados dos princípios. Os postulados são extraídos logicamente do sistema e servem como base normativa do ordenamento, tendo em vista sua utilização como critérios de aplicação e de interpretação das normas (PACELLI, 2018, p. 34). Os princípios, por outro lado, estão previstos no texto da lei e da Constituição, ainda que de maneira implícita (PACELLI, 2018, p. 34).

Ressalta-se, ainda, que as garantias processuais penais do indivíduo estão inseridas no garantismo, mas que o seu conceito não se resume a isso (PACELLI, 2018, p. 35). Pacelli (2018, p. 35) explica que o garantismo penal foi fomentado pela obra de Luigi Ferrajoli, que traz importantes elementos para a filosofia do Direito Penal e do Processo Penal, a partir de um modelo do Estado de Direito, fundado nas relações do Poder Público com o particular.

O autor ensina que Ferrajoli se dedicou ao estudo das características do ato jurisdicional, praticado por autoridade pública, provido de coercibilidade estatal, na busca do estipular limites objetivos à liberdade judiciária (PACELLI, 2018, p. 35).

Diante disso, explica que Ferrajoli determina que as decisões judiciais no âmbito criminal devem advir unicamente do saber (conhecimento), de modo que nunca devem surgir como mera manifestação de poder (de autoridade) (PACELLI, 2018, p. 35-36). Esclarece, ainda, que a decisão na área penal apenas ganha legitimidade quando observado o procedimento judicial (devido processo penal constitucional), o contraditório, a ampla defesa e o dever de fundamentação (PACELLI, 2018, p. 35-36).

Estabelece-se, assim, a necessidade de respeito aos postulados da vedação de excesso e da máxima efetividade dos direitos fundamentais, tendo em vista que a intervenção do Estado, em especial na esfera penal, gera sérios gravames à liberdade do indivíduo (PACELLI, 2018, p. 35-36).

Desse modo, o estudo dos princípios, como forma de introduzir o tema, é de suma importância, porquanto são eles que constituem o “[...] marco inicial de toda a dogmática jurídico-processual penal” (RANGEL, 2018, p. 3).

Segundo Gustavo Badaró (2016), princípio é o mandamento central e fundante de um sistema. Acrescenta, ainda, que as garantias constitucionais, em que pesem possam ser consideradas de maneira isolada, tem maior efetividade quando concretizadas de maneira conjunta e integrada, em um sistema de garantias processuais (BADARÓ, 2016).

Guilherme Nucci (2014, p. 10), neste aspecto, informa, também, que os princípios, sejam eles implícitos ou expressos na lei, são utilizados como base para a “[...] interpretação, integração, conhecimento e aplicação do direito positivo”.

Tourinho Filho (2013, p. 57) ressalta que os princípios exercem um papel fundamental na política processual penal de um Estado democrático, servindo como instrumento da liberdade do indivíduo. Segundo Bettiol (1974 *apud* TOURINHO FILHO, 2013, p. 57) “num (Estado) democrático (...) a liberdade individual, como expressão de um valor absoluto, deve ser tida como inviolável pela Constituição”.

A aplicação do Direito Processual Penal, na atual ordem constitucional, portanto, se vincula à efetivação dos direitos humanos, tidos como fundamentais (PACELLI, 2018, p. 37).

Destaca-se que os princípios constitucionais penais e os processuais penais se integram para coordenar o sistema de princípios essenciais para a garantia dos direitos

humanos, quais sejam, a dignidade da pessoa humana e o devido processo legal (NUCCI, 2014, p.32).

O devido processo legal, cumpre registrar, possui origem no princípio da legalidade (NUCCI, 2014, p. 33). Previsto no art. 5º, LIV, da Constituição Federal (CF), o devido processo legal preleciona que, para que alguém seja privado de sua liberdade ou seus bens, as formalidades previstas em lei devem ser observadas, garantindo a tramitação regular e legal de um processo (RANGEL, 2018, p. 3).

Também conhecido como *due process of law*, o princípio influencia no processo legislativo (*substantive due process of law*), na aplicação da lei em sentido estrito (*ius positum*) e em sua interpretação, bem como objetiva a manutenção da igualdade substancial das partes do processo (TUCCI, 2011, p. 61-63).

No estudo do princípio, surge, também, a questão atinente ao devido processo penal. O processo penal, como é sabido, possui a dupla função de tutela da liberdade jurídica do indivíduo, na análise da legalidade do ato do acusador, e de garantia da sociedade contra a prática de delitos (TUCCI, 2011, p. 38).

Assim, é pressuposto para o processo penal a existência de conflito de interesses entre o Estado e uma pessoa física, diante de ato delituoso (poder punitivo contra direito à liberdade) (TUCCI, 2011, p. 39-40). Nesse âmbito, o devido processo legal surge como instrumento para solucionar esses conflitos de interesses (TUCCI, 2011, p. 64).

Por fim, destaca-se que o mencionado princípio se apresenta como “[...] reitor de todo o arcabouço jurídico processual”, porquanto todos os outros derivam dele (RANGEL, 2018, p. 3). Por essa razão, ele está relacionado com uma variedade de princípios, direitos e garantias constitucionais que serão aqui apresentados, como a presunção de inocência, o contraditório, a motivação das sentenças, celeridade processual, dentre outros (TOURINHO FILHO, 2013, p. 71). Garantias essas que terão papel importantíssimo na legitimidade do procedimento, na imparcialidade do julgador e na justiça das decisões (SARAIVA, 1992, *apud* TUCCI, 2011, p. 68).

1.1 Princípio da Presunção de Inocência

Segundo Mariano Paganini Lauria ([2010]), o princípio da presunção de inocência remonta ao direito romano, através dos escritos de Trajano, tendo sido subvertido pelas práticas inquisitoriais da Baixa Idade Média.

Paulo Rangel (2018, p. 23), por outro lado, aponta como origem histórica principal do referido princípio o final do Século XVII, no Iluminismo. Ele informa que àquela época surgiu a necessidade de reação contra o sistema processual penal inquisitório, existente desde o Século XII, que dava ao Estado arbítrio para buscar a condenação a qualquer preço, presumindo o acusado culpado, como regra, bem como o privando de quaisquer garantias (RANGEL, 2018, p. 23). Com a Revolução Francesa surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que originou diversos direitos e garantias fundamentais do homem, dentre eles o referido princípio (RANGEL, 2018, p. 23). A presunção de inocência foi também inscrita, posteriormente, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, de 1948 e consagrada em nossa Constituição Federal no art. 5º, LVII (RANGEL, 2018, p. 23). Entretanto, apenas com a assunção, pelo direito processual, de um sistema acusatório, que há de se falar em uma maior proteção da inocência, dignidade e liberdade de locomoção do acusado (RANGEL, 2018, p. 23).

Conceitualmente, o princípio ensina que o réu é presumido inocente enquanto não definitivamente condenado (TOURINHO FILHO, 2013, p. 73), imperando, portanto, enquanto não houver o trânsito em julgado formal - a coisa julgada de autoridade relativa (TUCCI, 2011, p. 321).

Tourinho Filho (2013, p. 73) alerta, entretanto, o cuidado necessário com a interpretação literal da expressão “presunção de inocência”, porquanto aquele que é inocente não pode ser submetido a inquérito ou ser processado. Continua, ainda, que a prisão daquele presumidamente inocente, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, constituiria antecipação de pena, com exceção da prisão cautelar (TOURINHO FILHO, 2013, p. 73).

Badaró (2016), por outro lado, reflete que a garantia constitucional fez menção à consideração da não culpabilidade e não da expressão presunção de inocência. De qualquer forma, entende-se que não há diferença, quanto ao conteúdo, no uso das diferentes terminologias (BADARÓ, 2016).

Aury Lopes Junior (2017a, p. 579) entende que o mencionado princípio é reitor do processo penal, sendo seu nível de observância determinante da qualidade de um sistema processual, porquanto ele “[...] é um princípio fundamental da civilidade fruto de uma opção protetora do indivíduo” (FERRAJOLI, 1997 *apud* LOPES JUNIOR, 2017a, p. 579).

Tourinho Filho (2013, p. 73), de modo similar, entende esse princípio como um coroamento do devido processo legal. Faz a consideração de que ele (GOMES, 1980 *apud* TOURINHO FILHO 2013, p. 73):

[...] assenta no reconhecimento dos princípios do direito natural como fundamento da sociedade, princípios que, aliados à soberania do povo e ao culto da liberdade, constituem os elementos essenciais da democracia.

A presunção de inocência, outrossim, consagra o direito à não autoincriminação e corrobora o princípio da intervenção mínima do Estado na vida do cidadão, “[...] uma vez que a reprovação penal somente alcançará aquele que for efetivamente culpado” (NUCCI, 2014, p. 34).

É possível, também, estabelecer uma correlação entre o direito fundamental do acusado à duração razoável do processo e o princípio da presunção de inocência, porquanto o processo apenas será justo quando se desenvolver dentro do tempo adequado. Mariano Lauria ([2010]) reforça que não existem princípios absolutos, nem hierarquia entre princípios, visto que todos eles podem ceder no caso de colisão.

Outro ponto essencial do princípio da presunção de inocência refere-se ao ônus da prova, que é invertido para o Ministério Público, não cabendo ao réu provar sua inocência, mas sim ao *Parquet*, que deverá provar a culpa do réu, mediante a demonstração de um fato típico, ilícito e culpável, além da comprovação da existência ou não das causas de exclusão da ilicitude, da culpabilidade ou extinção da punibilidade, bem como os elementos subjetivos do tipo – dolo ou culpa (RANGEL, 2018, p. 25-26).

Nesse aspecto, o princípio estabelece um dever de tratamento em duas dimensões, uma interna e uma externa (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 580). Na dimensão interna, determina as questões do ônus probatório acima mencionadas, institui o dever do juiz de absolver o acusado na existência de dúvida – *in dubio pro reo* – e impõe restrições ao uso e abuso das prisões cautelares (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 580). Na sua dimensão externa, por sua vez, o princípio reclama a proteção do réu contra a publicidade e exploração midiática abusiva, bem como de sua estigmatização precoce (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 580). Desse modo, o princípio constitucional consagra o *favor libertatis*, porquanto o legislador pensou a regra com vistas a favorecer o imputado (TUCCI, 2011, p. 322 e 326).

Em um terceiro significado, representa uma garantia política do cidadão, à medida que fundamenta o sistema e estrutura o processo em seu modelo acusatório (BADARÓ, 2016). Nesse sentido, o princípio reconhece o respeito à dignidade e demais direitos essenciais da pessoa humana, pois ele protege o acusado do interesse social pela punição penal (BADARÓ, 2016).

Tucci (2011, p. 323-324) ensina que dentre todas as espécies de prisão provisória, ou seja, aquelas decretadas antes do trânsito em julgado, apenas as prisões em flagrante,

temporária e preventiva são tipicamente cautelares, porquanto buscam preservar o resultado do processo penal de conhecimento de natureza condenatória. Por terem a natureza cautelar que essas prisões, *a priori*, não violam o princípio em comento, tendo em vista que não consideram a culpa do investigado (TUCCI, 2011, p. 323-324). Ressalta-se, todavia, que a decretação da prisão deve decorrer da necessidade da garantia da ordem pública, ou da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal, ou da preservação da aplicação da lei penal (TUCCI, 2011, p. 323-324).

A presunção de inocência, por conseguinte, impede a antecipação de pena, bem como a imposição de prisão como resultado automático da imputação, sem verificação do *periculum libertatis* (GOMES FILHO, [19--] *apud* TUCCI, 2011, p. 325-326).

Importante enfatizar que a Constituição Federal admite a prisão preventiva, desde que decorrente de ordem escrita e fundamentada de órgão jurisdicional, por previsão do art. 5º, LXI, da CF (TUCCI, 2011, p. 330).

O princípio, como se vê, não proíbe as prisões cautelares, mas sim exerce função limitadora, exigindo a demonstração da necessidade concreta e extrema, relacionada com a tutela da efetividade do processo e a realização da jurisdição penal. Por essa razão mesmo, que a prisão requer decisão devidamente motivada (PACELLI, 2018, p. 50).

Tourinho Filho (2013, p. 74), por exemplo, acredita que a decretação da prisão preventiva como garantia da ordem pública e da ordem econômica constitui antecipação de pena, em razão da ausência de cautelaridade e utilidade para o processo. Assim, a prisão, nesses casos, feriria o princípio da presunção de inocência (TOURINHO FILHO, 2013, p. 74).

Desse modo, tal princípio, mais do que tudo, reafirma o caráter excepcional da prisão antes do trânsito em julgado (NUCCI, 2014, p. 34).

Lauria ([2010]) reconhece, nessa análise, que a grande maioria da doutrina e da jurisprudência entende pela compatibilidade das prisões cautelares em geral com a presunção de não culpabilidade, o que inclui, por consequência, a prisão preventiva. Essa aceitação se deve ao fato de as prisões cautelares estarem atreladas à necessidade de garantir a viabilidade e êxito da persecução penal, razão pela qual falamos em instrumentalidade e cautelaridade desse tipo de prisão (LAURIA, [2010]).

De todo modo, ele insiste que, diante da gravidade representada em restringir a liberdade do indivíduo antes mesmo de existir uma sentença condenatória, as prisões cautelares, em especial a prisão preventiva, devem se sujeitar à excepcionalidade e provisoriedade, sendo, assim, limitadas no tempo (LAURIA, [2010]). Assim, para ele, o

princípio da presunção de inocência se apresenta como um limitador da duração da prisão (LAURIA, [2010]).

Observa-se, então, que a opção pela adoção desses princípios demonstra uma grande preocupação no que diz respeito às prisões cautelares, pois existirá a restrição da liberdade do indivíduo, um de seus maiores bens, sem que sequer tenha havido sentença condenatória (WUNDERLICH, [2008]). Desse modo, para parte da doutrina, para que se tenha a prisão antes do trânsito em julgado, ela deverá ter demonstrada sua imprescindibilidade, sempre revestida de caráter cautelar, pois é medida excepcional (WUNDERLICH, [2008]). É o que observamos na prisão preventiva, por exemplo, que só será admitida quando atender aos princípios básicos e fundamentais de uma vida em sociedade, tais como a preservação da integridade física dos indivíduos, a igualdade entre as pessoas, como meio de combater injustiças, dentre outros (WUNDERLICH, [2008]).

1.2 Princípio da Razoável Duração do Processo

Inicialmente, é pertinente apresentar a evolução histórica, informando que a primeira previsão do princípio da razoável duração do processo data de 1215, com a Magna Carta (GOMES, 2014, p. 5-6). Todavia, o princípio só veio a ter a primeira regulação expressa na Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 (GOMES, 2014, p. 5-6). Quanto ao âmbito nacional, cumpre asseverar que o princípio esteve implicitamente previsto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988, somente passando a ter previsão expressa com a edição da Emenda Constitucional n. 45/2004. Entretanto, antes disso já se verificava tal previsão na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), assinada e ratificada pelo Estado brasileiro (GOMES, 2014, p. 5-6).

Acrescenta-se como marcos importantes, também, o Código de Justiniano, o Iluminismo, a Declaração de Direitos de Virgínia de 1776, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, reforçando a importância dessa última como inspiração para convenções e constituições que surgiram posteriormente, visto que ela elevou o direito à razoável duração do processo à categoria de garantia fundamental (NAKAHARADA, 2015, p. 18-19).

Vale mencionar, ademais, que alguns autores consideram ser equivocada a denominação de razoável duração do “processo”, tendo em vista que é o “procedimento” que possui duração - previsão legal de marco inicial e marco final -, não o processo em si. O processo seria, outrossim, uma garantia orientada pelos direitos fundamentais (PINHEIRO,

2011, p. 82-83), como mecanismo voltado para a realização da paz social e da justiça, enquanto o procedimento seria a reunião dos atos processuais, que dá forma e materializa o processo (OLIVEIRA, 2012, p. 348).

De qualquer forma, Bevilacqua Gomes (2014, p. 4) esclarece, a respeito da incidência da garantia do prazo razoável no processo penal, sobre a existência de um “tempo social” e um “tempo do direito”, que, embora atrelados, entram em choque quando da responsabilização criminal. Ela observa que existe uma expectativa no imaginário coletivo de que o Poder Judiciário resolva as questões de segurança pública, trazendo respostas rápidas na seara criminal, mas que também existe a percepção de que o Judiciário é demasiadamente moroso, a ponto de não ser capaz de responder a esses anseios (GOMES, 2014, p. 4).

Vinícius Lang dos Santos (2008, p. 75) entende que essa incapacidade do aparato judicial de enfrentar o problema do acúmulo de processos e de dar resposta efetiva aos casos em um prazo razoável, com a consequente defasagem da imagem do sistema, tido como ineficiente, é considerada um sinal de fracasso da função jurisdicional do Estado.

Gomes (2014, p. 4-5) leciona, ainda, em menção à Aury Lopes Junior, que no estudo do tempo, não se adota mais a concepção de tempo linear, absoluto e universal, porquanto houve uma ruptura de paradigma trazida pela Teoria da Relatividade, de Albert Einstein, que passou a compreender o tempo como sendo relativo, possuindo uma faceta objetiva e outra subjetiva. Assim, enquanto o tempo objetivo estaria relacionado ao tempo cronológico, socialmente convencionado e relacionado com os movimentos da natureza, o tempo subjetivo seria próprio de cada indivíduo e relacionado com sua capacidade de compreender situações, a exemplo do *quantum* de pena (GOMES, 2014, p. 4-5).

Vinícius Lang dos Santos (2008, p. 73) traz o conceito do que seria prazo, informando que seria este o espaço de tempo estabelecido para a prática de determinado ato processual. De maneira complementar, temos que, segundo Antonio Scarance Fernandes, a garantia do prazo está relacionada ao procedimento adequado, levando-se em conta, assim, a “distância temporal” entre o termo inicial (*dies a quo*) e o termo final (*dies ad quem*) do prazo para a realização de um ato processual (FERNANDES, [20--] *apud* TUCCI, 2011, p. 213).

O prazo razoável do processo, por sua vez, seria “[...] aquele período unicamente dentro do qual pode ser levado a cabo um Processo Penal adequado ao Estado de Direito” (SANTOS, 2008, p. 73). Então, assegurar que o trâmite do processo se dê dentro de um prazo prévio está intimamente ligado com a preservação da segurança jurídica (SANTOS, 2008, p. 73).

Santos (2008, p. 74) entende, portanto, que:

O prazo razoável, uma vez inserido no ordenamento jurídico, apresenta-se como uma conquista irreversível do pensamento democrático, sendo que apenas critérios determinados pela dogmática jurídico-penal tornam possível, ao assinalar limites e definir conceitos, uma aplicação segura, calculável do Direito e do Processo Penal, subtraindo-lhe a irracionalidade, a arbitrariedade e a improvisação.

Segundo Badaró (2016), o prazo razoável deve ser analisado em dois aspectos: o direito aos processos em geral sem dilações indevidas e o direito ao desencarceramento do preso cautelar, quando da ausência de julgamento em tempo razoável. Informa que a previsão brasileira dessa garantia é mais ampla que a prevista nos tratados internacionais, visto que é aplicável, além do âmbito judicial, ao administrativo (BADARÓ, 2016).

Quanto ao princípio propriamente dito, ele é decorrente dos princípios da presunção de inocência, da economia processual e da estrita legalidade da prisão cautelar (NUCCI, 2014, p. 49). Determina, ainda, que ninguém poderá ficar preso, provisoriamente, por prazo mais extenso do que for absolutamente imprescindível para o escoamento desfeito do processo (NUCCI, 2014, p. 49).

Nakaharada (2015, p. 3-25) analisa também a relação entre a razoável duração do processo e a garantia do devido processo legal. O autor afirma que a Constituição Federal possui um conjunto de garantias processuais penais que se associam reciprocamente, de modo que uma possa dar maior efetividade à outra, proporcionando, por consequência, a proteção do indivíduo no âmbito do processo (NAKAHARADA, 2015, p. 23-25). Assim, ele alega que esse complexo de garantias é concretizado pelo devido processo legal, por ser uma cláusula de garantia ampla, fonte e síntese das demais garantias e princípios processuais (NAKAHARADA, 2015, p. 23-25).

Segundo o autor, o devido processo legal, nesse sentido, se apresenta como o ponto de equilíbrio entre o poder punitivo e de persecução do Estado e a necessidade de observância das garantias e direitos individuais, uma vez que essa garantia prega pelo cumprimento das formalidades legais e constitucionais (NAKAHARADA, 2015, p. 24-25). Ademais, o autor relembra a teoria do devido processo legal substantivo, que preconiza pela necessidade da produção prévia de leis que sejam justas e razoáveis, para que se tenha a restrição de liberdade do indivíduo (NAKAHARADA, 2015, p. 24-25).

Ademais, ele aponta que o mencionado equilíbrio deve se dar, também, na relação entre o tempo e o regular exercício da ampla defesa e do contraditório, visto que um processo demasiadamente demorado é fadado a trazer prejuízos para a persecução penal e injustiças para o indivíduo (NAKAHARADA, 2015, p. 26). Por essa razão, como destaca Nucci (2014,

p. 48), “o princípio da duração razoável do processo não pode implicar, em nenhuma hipótese, a restrição ao direito da parte de produzir prova e buscar a verdade real”.

Guilherme César Pinheiro (2011, p. 82) entende que não há motivos para se falar em devido processo legal substancial, pois, ante a necessidade de releitura do princípio à luz dos paradigmas do Estado Democrático de Direito, o respeito aos direitos fundamentais passa a ser “pressuposto lógico-jurídico” do devido processo legal.

Assim, tem-se que o instituto, nessa perspectiva, deve servir não só à atuação das partes no processo decisório, mas também como mecanismo de fiscalização e reconstrução do ordenamento jurídico (PINHEIRO, 2011, p. 82-83).

Paulo Rangel (2018, p. 42), por sua vez, entende que tal princípio deve ser lido em conjunto com o art. 93, I e II, “e”, da Constituição, bem como com o princípio da acessibilidade ou inafastabilidade da justiça - art. 5º, XXXV, da CF.

Há que se falar, ainda, que, apesar de serem institutos distintos, a duração razoável do processo e a celeridade se complementam, visto que a Constituição Federal tratou dos dois conjuntamente, quando dispôs sobre a matéria (OLIVEIRA, 2012, p. 342).

Para Ivone Cristina de Souza João (2007, p. 208), a razoabilidade na duração do processo está vinculada à celeridade e à segurança jurídica, sendo inerente às normas processuais, tanto àquelas que determinam regras procedimentais e de organização judiciária, como às que trazem garantias constitucionais. Fala-se que a razoabilidade é intrínseca a todo processo, visto que o próprio ordenamento impõe o respeito a direitos fundamentais, como a igualdade, o contraditório e demais consectários do devido processo legal. Se assim não fosse, o próprio legislador teria previsto a “rápida duração” do processo (JOÃO, 2007, p. 209).

Entretanto, tal postura - da rápida duração - não seria condizente com o ordenamento jurídico, porquanto importaria óbice à garantia do acesso à justiça. Como destaca Souza João (2007, p. 209), “o processo, antes de ser célere, deve ser justo, efetivo e instrumental”. De modo semelhante, a demora excessiva na prestação da tutela jurisdicional também implicaria na violação à garantia do acesso à justiça (DELMANTO JÚNIOR, 2011, p. 137).

O acesso à justiça, reafirma Hote (2007, p. 480-481), garante, principalmente, o direito a um processo efetivo, que observe todas as garantias constitucionais e processuais. O impulso oficial, de modo complementar, determina que o julgador conduza o processo sem atrasos indevidos, para que a prestação jurisdicional se dê de maneira regular, adequada e tempestiva (HOTE, 2007, p. 482).

Delmanto Júnior (2011, p. 139) conclui, então, que a celeridade implica, imperiosamente, diligência e observância aos direitos fundamentais, nunca precipitação.

Dando seguimento ao tema, Jean-Pierre Marguénaud ([19--] *apud* TUCCI, 2011, p. 220-221) entende que a razoável duração do processo não deve ser entendida como a “[...] simples inobservância dos prazos processuais pré-fixados”, mas que deve decorrer, em verdade, da demora advinda de inércia do poder judiciário, não estando justificada a morosidade pelo excesso de trabalho. Roberto da Silva Oliveira (2012, p. 343-344) compartilha desse entendimento, embora reconheça entendimentos doutrinários em sentido contrário.

Conceitualmente, o princípio determina que o processo não pode se prolongar demasiadamente no tempo, sob pena de se configurar como antecipação de pena, além de perpetuar o caráter eminentemente estigmatizante presente na condição de réu (GOMES, 2014, p. 6). Por outro lado, o princípio determina que o processo não pode ser tão rápido a ponto de atropelar as garantias e direitos processuais do acusado (GOMES, 2014, p. 6).

Destarte, desprezar os direitos fundamentais e garantias processuais com o fim de trazer maior rapidez ao processo causaria insegurança jurídica e encorajaria o arbítrio dos julgadores, o que seria, por consequência, inconstitucional e violaria o próprio Estado Democrático de Direito (BRÊTAS, 2005 *apud* PINHEIRO, 2011, p. 104).

Destaca-se, a esse respeito, as sérias consequências não só sociais, como também psicológicas, processuais e pecuniárias decorrentes da persecução penal, que impõe a conclusão do processo no prazo razoável (TUCCI, 2011, p. 217-218).

Tem-se, outrossim, a consideração de que o Estado também almeja a rápida finalização do processo de conhecimento, a fim de solucionar o conflito de interesses entre ele e o indivíduo, apurado na *persecutio criminis* (TUCCI, 2011, p. 216).

A procura pelo equilíbrio entre a segurança social - fazendo valer o *jus puniendi* - e o respeito aos direitos fundamentais do acusado se apresenta também na forma de conflito entre a eficiência e garantismo penal (FERNANDES, 2012, p. 22). Entretanto, sob uma perspectiva moderna, não há que se falar em eficiência do processo sem garantismo (FERNANDES, 2012, p. 22).

Assim, o Poder Judiciário, enquanto parte do Estado, deve agir de modo a justificar sua existência e razão de ser, se movendo, pois, a contento, a fim de resolver conflitos e garantir a paz social (DELMANTO JÚNIOR, 2011, p. 137). Se mover a contento, então, significa atuar dentro de um prazo razoável, sob pena de, agindo de modo contrário, frustrar os direitos do indivíduo (DELMANTO JÚNIOR, 2011, p. 138).

O Estado, portanto, deve assegurar a devida celeridade na tramitação do processo e, através dos Poderes Executivo e Legislativo, tem o dever de fixar critérios de razoabilidade, a

fim de atender a previsão constitucional (OLIVEIRA, 2012, p. 342). Nesse contexto, cabe ao Poder Judiciário dar efetividade a essas disposições, no caso concreto (OLIVEIRA, 2012, p. 342).

Quanto ao âmbito de incidência, o princípio é aplicável em todas as fases, ou seja, na fase de investigação preliminar, na fase do juízo em primeiro grau de jurisdição e na fase recursal (GOMES, 2014, p. 7). Nesse ponto, o princípio se apresenta como desdobramento do princípio constitucional do Devido Processo Legal (GOMES, 2014, p. 7). Por essa razão, também, que o prazo razoável é um direito fundamental de todos que figuram no procedimento penal como parte, bem como um meio de garantia da celeridade processual (TUCCI, 2011, p. 216 e 219).

No mesmo sentido, é possível, da leitura do art. 5º, LXXVIII, da CF e art. 8.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que o termo inicial se dê em momento anterior ao começo do processo penal, ou seja, na investigação preliminar, na abertura do inquérito policial (BADARÓ, 2016).

No caso das prisões cautelares, o *dies a quo* seria o da prisão do indivíduo, independente do título a que foi decretada, e mesmo que, no decorrer do recolhimento, houvesse mudança de sua natureza jurídica (BADARÓ, 2016).

Quanto ao termo final, é possível indicar a existência de duas correntes: o dia do proferimento da sentença, ainda que recorrível, e a data do trânsito em julgado da sentença de mérito (BADARÓ, 2016). De todo modo, segundo Badaró (2016), a posição mais acertada seria a segunda, por incluir na contagem do prazo razoável o prazo recursal, garantindo assim que o acusado, preso em momento posterior à sentença, não permaneça encarcerado indefinitivamente. Se assim não fosse, o indivíduo sofreria uma punição antecipada, em ofensa ao princípio da presunção de inocência (BADARÓ, 2016).

Nakaharada (2015, p. 23), por sua vez, traz a reflexão sobre a inexistência de uma definição legal do que seria um prazo de duração razoável, apontando no sentido de que tal ausência normativa deixa margem para interpretações, afetando, principalmente aqueles que aguardam presos a conclusão do processo.

Sobre esse aspecto, Paulo Rangel (2018, p. 43-44) informa que a norma é meramente programática, não possuindo instrumentalidade efetiva, pois não determina o que é o prazo razoável de um processo. Assim, o autor entende pela necessidade de respeito aos prazos previstos em lei para a prática dos atos processuais, sob pena de negativa ao acesso à justiça (RANGEL, 2018, p. 43-44). Entende, também, que a duração do processo deve ser razoável,

proporcional ao caso concreto, porquanto é garantia ao acesso à justiça (RANGEL, 2018, p. 44).

Bevilacqua Gomes (2014, p. 7 e 9) expõe, então, que os critérios adotados para a definição do prazo razoável dependem da valoração, às vezes discricionária, do magistrado ao analisar o caso concreto, visto que são conceitos jurídicos abertos. Conclui, assim, que o Brasil aplica a doutrina do não prazo (GOMES, 2014, p. 7 e 9).

Por essa razão, os critérios utilizados pela doutrina e jurisprudência pátria são o da complexidade do caso, da atividade processual do interessado e da conduta das autoridades judiciárias, pressupondo, sempre, a análise do caso concreto através do princípio da proporcionalidade e razoabilidade (GOMES, 2014, p. 7-8). Tais critérios, vale salientar, foram elaborados pela Corte Europeia de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (GOMES, 2014, p. 7-8).

Quanto a esse ponto, Gomes (2014, p. 9) faz uma última observação, relativa à existência de divergências na doutrina quanto à necessidade de determinação objetiva desses critérios da duração razoável do processo.

Badaró (2016), por exemplo, critica a doutrina do não prazo e considera imprescindível, para a eficácia do direito fundamental, a previsão, pela lei, de um prazo máximo de duração da prisão, impondo-se a soltura do réu no caso de excesso de prazo.

O autor atenta ao fato de que não há previsto, de maneira expressa na Constituição, o direito ao desencarceramento quando a duração do processo ultrapassa o prazo razoável, entretanto, acaba por concluir que, da conjugação dos dispositivos constitucionais à luz da CADH, é possível encontrar previsão explícita (BADARÓ, 2016). Isso porque destaca que a não observância do princípio, por ser garantia constitucional, tornaria a prisão ilegal, razão pela qual deveria ser relaxada, como assegura o art. 5º, LXV, CF (BADARÓ, 2016).

Tucci (2011, p. 213-214) entende, de maneira similar, haver a necessidade de fixação de um prazo genérico pela lei, para os casos em que não há determinação específica, aplicável tanto para as partes como para todos aqueles que participam do procedimento. Além disso, considera imperioso que o prazo a ser fixado seja adequado e suficiente para que a parte desenvolva a sua atividade, sendo garantida a ampla defesa constitucionalmente prevista (TUCCI, 2011, p. 213-214).

O autor considera, também, que tais prazos para a prática de atos processuais deveriam ser peremptórios, estabelecendo-se sanções rígidas aos agentes estatais da persecução, da execução penal e do Poder Judiciário pelo seu descumprimento (TUCCI, 2011, p. 219 e 227).

Entretanto, menciona que José Rogério Cruz e Tucci ([19--] *apud* TUCCI, 2011, p. 219-220) entende pela impossibilidade da fixação dessa regra específica, explicitando a razão pela qual a doutrina se preocupa em definir conceitualmente o prazo razoável.

Delmanto Júnior (2011, p. 139) afirma, veementemente, que a duração razoável do processo é direito público subjetivo e, como tal, para que se torne cogente, é necessário que seja prevista uma sanção correspondente para o seu descumprimento. Fernandes (2012, p. 124) concorda que não há utilidade na fixação de um prazo, se este não for seguido pelo julgador. Pinheiro (2011, p. 104), outrossim, entende que o cumprimento, pelos magistrados e serventuários, dos prazos estabelecidos pela lei processual é um dever que decorre do próprio princípio da legalidade.

Por fim, Gomes (2014, p. 9-11) assinala que, apesar de parte da doutrina entender pela necessidade de fixação de marcos temporais objetivos no processo, tal entendimento não se mostra majoritário nos Tribunais, que continuam a adotar a teoria do não prazo.

1.3 Princípio da Jurisprudência e Motivação

O princípio da jurisdição, em sequência, está consagrado no art. 5º, LXI, da Constituição Federal e está relacionado com o devido processo legal, previsto no art. 5º, LIV, do mesmo diploma (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 586). Segundo Lopes Junior (2017a, p. 586), ao se confrontar os princípios da jurisdição e da presunção de inocência, a prisão cautelar seria inadmissível. Ele informa que, contudo, o pensamento liberal clássico justifica a existência desse tipo de prisão como sendo uma “cruel necessidade” (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 586). Assim, o entendimento prevalecente é de que, desde que a prisão atinja a sua função instrumental-cautelar, ela pode ser tolerada pela necessidade e proporcionalidade (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 586).

O princípio da motivação, por outro lado, está previsto no art. 93, IX, da CF e se apresenta como imprescindível para a análise do raciocínio utilizado na valoração da prova (LOPES JUNIOR, 2018, p. 107). É aplicável a todas as decisões tomadas durante o procedimento, principalmente nas que envolvem restrições de direitos e garantias fundamentais, como é a prisão preventiva (LOPES JUNIOR, 2018, p. 107).

Quanto ao último ponto, o princípio determina que toda e qualquer prisão cautelar, para ser decretada, exige uma decisão judicial fundamentada, seguindo o que determina a Constituição Federal e o art. 315, do Código de Processo Penal (CPP), no que tange a prisão preventiva (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 585).

Ainda segundo esse autor, a motivação (LOPES JUNIOR, 2018, p. 106):

Serve para o controle da eficácia do contraditório, e de que existe prova suficiente para derrubar a presunção de inocência. Só a fundamentação permite avaliar se a racionalidade da decisão predominou sobre o poder, principalmente se foram observadas as regras do devido processo penal. Trata-se de uma garantia fundamental e cuja eficácia e observância legitimam o poder contido no ato decisório. Isso porque, no sistema constitucional-democrático, o poder não está auto-legitimado, não se basta por si próprio. Sua legitimação se dá pela estrita observância das regras do devido processo penal, entre elas o dever (garantia) da fundamentação dos atos decisórios.

Destaca-se, no que concerne à motivação, que o princípio atinge apenas os atos que possuem conteúdo decisório e que são inadmissíveis as motivações implícitas e *per relacionem* (TUCCI, 2011, p. 197, 201 e 203). Ademais, a não observância da imprescindibilidade da fundamentação é causa de nulidade insanável (TUCCI, 2011, p. 197, 201 e 203).

A motivação é a exposição e justificação da decisão (BADARÓ, 2016). Por consequência, para que a fundamentação seja válida, ela precisa ser expressa, clara, coerente e lógica (BADARÓ, 2016). A fundamentação, nesse sentido, pressupõe a exposição das razões, de fato e de direito, consideradas pelo juiz para chegar a seu convencimento, com a consequente decisão em determinado sentido (NERY JUNIOR, [19--] *apud* TUCCI, 2011, p. 203).

Considera-se, então, que o juiz tem como função interpretar e aplicar a lei livremente aos fatos que são levados ao seu conhecimento (REIS, 1929 *apud* TUCCI, 2011, p. 195), entretanto, tal a liberdade de apreciar os fatos e a eles aplicar o direito encontra limitação no dever de motivar (ALVIM, 1986 *apud* TUCCI, 2011, p. 195-196).

O princípio, à vista disso, ostenta uma dupla finalidade: do ponto de vista individualista e técnico processual, garante a ciência, pelos interessados no processo, das razões de decisão, a fim de possibilitar o recurso; e proporciona o controle democrático, ou seja, pela sociedade, sobre a administração da justiça (BADARÓ, 2016). Desse modo, a motivação é requisito do próprio exercício da função jurisdicional (BADARÓ, 2016).

A necessidade de motivação tem como razão, ainda, o exercício de controle, formal e material, das decisões pelos órgãos recursais, com o consequente aperfeiçoamento dos órgãos jurisdicionais, da aplicação do direito e da orientação jurisprudencial (TUCCI, 2011, p. 196-197).

1.4 Princípio do Contraditório

O princípio do contraditório está previsto no art. 5º, LV, da Constituição, bem como no art. 8, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica - aprovada pelo Congresso Nacional (RANGEL, 2018, p. 16). Ele está ligado à vedação da não surpresa e constitui um dos princípios mais importantes do processo penal, porquanto exerce, também, a função de requisito de validade (PACELLI, 2018, p. 45).

Destaca-se que esse princípio é típico do sistema acusatório, pois pressupõe a igualdade de condições das partes, não estando presente, portanto, no sistema inquisitivo (RANGEL, 2018, p. 17).

Ressalta-se, ainda, que não existe contraditório na fase pré-processual ou de inquérito policial, por dois motivos (TOURINHO FILHO, 2013, p. 60-61). Primeiramente porque, nesta fase, não há igualdade, instrumentalmente falando, entre o Estado-Administração (polícia) e o investigado (TOURINHO FILHO, 2013, p. 60-61). Em segundo lugar, porque na fase de investigações não existe a acusação e a Constituição prevê tal garantia apenas aos litigantes (TOURINHO FILHO, 2013, p. 66).

Em sentido diverso, entende Tucci (2011, p. 160 e 303) que, por ter natureza indisponível, em razão da indisponibilidade dos interesses em conflito (Estado e indivíduo da comunidade), o contraditório estender-se-ia, também, a fase de investigação criminal.

Quanto ao conceito, leciona Tourinho Filho (2013, p. 64) que o contraditório “[...] consubstancia-se na velha parêmia *audiatur et altera pars*- a parte contrária deve ser ouvida”. Assim, significa o direito de manifestação do adversário, sobre toda alegação de fato e apresentação de prova, com vistas a estabelecer um equilíbrio entre a pretensão punitiva estatal e o direito à liberdade e manutenção do estado de inocência do indivíduo (NUCCI, 2014, p. 37). Por essa razão que, numa perspectiva política, o citado princípio “[...] assinala um avanço da liberdade no árduo caminho que leva a um processo penal humano” (BETTIOL, 1974 *apud* TOURINHO FILHO, 2013, p. 65).

O contraditório, conseqüentemente, é composto pela informação e reação, pois é “[...] ciência bilateral dos atos e termos do processo e possibilidade de contrariá-los” (ALMEIDA, [19--] *apud* RANGEL, 2018, p. 16). Registra-se que a informação é obrigatória, mas à reação, por outro lado, basta a possibilidade (BADARÓ, 2016).

Além disso, o contraditório pode ser visto como um modo de verificação das provas e comprovação da verdade, sendo fundamental para a “[...] existência da estrutura dialética do processo” e de uma mínima configuração acusatória (LOPES JUNIOR, 2018, p. 98). A

garantia está vinculada ao direito de audiência, devendo o juiz possibilitar a oitiva de ambas as partes, sob pena de parcialidade (LOPES JUNIOR, 2018, p. 98).

Nesse sentido, é importante destacar que contraditório atua de maneira relevante na busca da verdade real, em razão da possibilidade que ele oferece de apresentar as posições contrapostas da defesa e acusação, de modo a aumentar o conhecimento do juiz sobre os fatos e diminuir a chance de erros (BADARÓ, 2016).

Dando continuidade ao tema, partindo da concepção clássica do contraditório, como participação das partes no processo para o convencimento do juiz, a doutrina moderna preleciona a inclusão do princípio da paridade de armas (*par conditio*), com a finalidade de efetivar a igualdade processual (PACELLI, 2018, p. 44).

Determina, assim, que não basta apenas a garantia do direito à informação e reação, mas que seja proporcionada a resposta de ambas as partes nas mesmas condições, intensidade e extensão, numa verdadeira paridade simétrica (GONÇALVES, 1992 *apud* PACELLI, 2018, p. 45). Destaca-se aqui, que a paridade de armas exige um contraditório pleno e substancial (TUCCI, 2011, p. 63). Por esse motivo, a observância do princípio garante a realização de um processo justo e equitativo (PACELLI, 2018, p. 45).

Desse modo, é necessário que o contraditório seja pleno, isto é, seja observado em todo o decorrer do processo, e efetivo, no sentido de serem proporcionados os meios reais e eficazes para que a parte se pronuncie sobre os atos da outra parte e os contrarie (FERNANDES, 2005 *apud* RANGEL, 2018, p. 17).

Por fim, com essa nova concepção, com vistas a trazer a igualdade substancial das partes, a tarefa de igualar os desiguais recai sobre o juiz, responsável por dar maior efetividade ao contraditório (BADARÓ, 2016).

Não por outra razão que a observância do contraditório se consubstancia na garantia da “[...] imparcialidade, legitimidade e correção da prestação jurisdicional”, sem o qual restaria apenas um ato de autoridade (GOMES FILHO, 1997 *apud* RANGEL, 2018, p. 17).

1.5 Princípio da Provisoriedade e Provisionalidade

A provisionalidade, por seu turno, é vista como um princípio básico, porquanto as prisões cautelares são situacionais, à medida que tutelam uma situação fática (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 558-559). Assim, quando deixa de existir o suporte fático que legitima a medida, ou seja, o *fumus commissi delicti* e/ou *periculum libertatis* – que serão devidamente tratados mais adiante –, deve cessar a prisão, sendo o imputado imediatamente posto em

liberdade (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 558-559). Tal princípio está relacionado, também, com a possibilidade de a prisão preventiva ser revogada ou substituída a qualquer tempo, bem como novamente ser decretada quando surge a necessidade (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 588-589).

A provisoriedade, por outro lado, está relacionada ao tempo, de modo que toda prisão cautelar deve ser temporária, de breve duração, pois não pode assumir contornos de pena antecipada (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 589-590). Aqui reside um dos problemas que serão devidamente tratados mais adiante, em relação à absoluta indeterminação, pela legislação, acerca da duração da prisão preventiva.

1.6 Princípio da Excepcionalidade

A excepcionalidade, especialmente em relação à prisão preventiva, é consagrada pelo art. 282, §6º, do CPP, pois transforma essa prisão em último instrumento a ser utilizado, ressaltando-se a necessidade de análise sobre a adequação e suficiência das demais medidas cautelares.

Segundo Lopes Junior (2017a, p. 594), a excepcionalidade, necessidade e proporcionalidade devem caminhar juntas. Além disso, a excepcionalidade deve estar conectada à dignidade da pessoa humana e deve ser analisada conjuntamente com a presunção de inocência, “[...] constituindo um princípio fundamental de civilidade, fazendo com que as prisões cautelares sejam efetivamente a *ultima ratio* do sistema, reservadas para os casos mais graves, tendo em vista o elevadíssimo custo que representam” (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 594).

1.7 Princípio da Proporcionalidade

Inicialmente, cumpre salientar que, segundo Tourinho Filho (2013, p. 64), o princípio da proporcionalidade representa um consequência do princípio do *favor rei*.

A proporcionalidade, acrescenta-se, exerce uma função dupla no direito, primeiro como proibição do excesso, no controle de validade e alcance das normas e em segundo lugar como instrumento do juízo de ponderação, quando da necessidade de sopesar duas normas constitucionais aplicáveis ao caso (PACELLI, 2018, p.507).

Ela é o principal suporte das prisões cautelares, visto que irá orientar a conduta do juiz ao ponderar a gravidade da medida imposta e suas consequências, com a finalidade pretendida, observando sempre o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis* (LOPES

JUNIOR, 2017a, p. 595-596). A prisão cautelar, reforça-se, nunca deverá se tornar pena antecipada, sob pena de violar a presunção de inocência (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 595-596).

Aury Lopes traz, ainda, a proposta de Fábio Corrêa Souza de Oliveira, no sentido de que a proporcionalidade é dividida em três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito (OLIVEIRA, 2003 *apud* LOPES JUNIOR, 2017a, p. 596).

No tocante à adequação, trata-se de um juízo de verificação entre meio empregado e a finalidade, de modo que exista a aptidão para realizar o interesse que merece maior proteção (BADARÓ, 2016). Fala-se, portanto, apenas da possibilidade de realizar o objetivo final (BADARÓ, 2016).

Constata-se, ainda, a proposição de Cuellar-Serrano ([19--] *apud* BADARÓ, 2016), no sentido de existir a adequação qualitativa, quantitativa e subjetiva. A qualitativa diz respeito à compatibilidade entre as naturezas da medida e do fim almejado (BADARÓ, 2016). A quantitativa se refere à correspondência entre a duração ou intensidade da medida e o fim pretendido (BADARÓ, 2016). Por último, a subjetiva determina que a medida seja destinada a uma pessoa que seja afetada pelas circunstâncias que serão exigidas para sua realização (BADARÓ, 2016).

A necessidade, por outro lado, está ligada ao princípio de intervenção mínima, porquanto pressupõe a consideração e comparação das demais medidas adequadas para a obtenção do mesmo fim, qual seja, a proteção ou realização do direito fundamental (BADARÓ, 2016).

No que diz respeito à proporcionalidade em sentido estrito, trata-se de proceder à ponderação de princípios fundamentais contrapostos, na forma estabelecida por Alexy, comparando-se o interesse em se obter o fim almejado frente aos direitos fundamentais que serão restringidos (BADARÓ, 2016). Dessa maneira, é necessário proceder à análise das vantagens e desvantagens da utilização do meio escolhido (BADARÓ, 2016).

Assim, a adequação determina que a medida cautelar deva ser apta aos seus motivos e fins (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 596-597). A necessidade, por outro lado, relaciona-se com a provisoriedade e provisionalidade, pois determina que a medida “[...] não deve exceder o imprescindível para a realização do resultado que almeja” (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 596-597). A proporcionalidade, por fim, utiliza a lógica da ponderação, ao sopesar a presunção de inocência e a necessidade da prisão, diante dos elementos probatórios existentes (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 596-597).

Numa perspectiva mais prática, por fim, registra-se que a prisão cautelar somente será proporcional quando seu período de duração não ultrapassar os limites da pena relativa ao crime, seja ela a mínima ou máxima, nem exceder os prazos para a concessão de benefícios da execução penal (NUCCI, 2014, p. 551).

2 DA PRISÃO PREVENTIVA

O presente capítulo se presta a apresentar a construção do entendimento doutrinário acerca do instituto da prisão preventiva. Serão tratadas, a seguir, as questões atinentes ao conceito e natureza jurídica dessa prisão, seu momento e forma de decretação, seus requisitos, fundamentos e hipóteses de admissibilidade. Ao final, traz discussão aprofundada sobre a duração da prisão e sua evolução legislativa e jurisprudencial, indicando o entendimento dominante, com o objetivo de embasar o debate realizado no terceiro capítulo.

2.1 Conceito e natureza jurídica

Inicialmente, destaca-se que a liberdade é um dos direitos fundamentais do homem, razão pela qual é garantida pela Constituição Federal (TOURINHO FILHO, 2013, p. 650). Esse direito, entretanto, não é absoluto, visto que a própria Lei Maior determina hipóteses em que o Poder Público poderá restringir a liberdade do indivíduo, quando extremamente indispensável e necessário, desde que observadas as garantias também previstas na Carta e demais determinações legais (TOURINHO FILHO, 2013, p. 650).

Em respeito a essa sistemática que a Constituição prevê, em seu art. 5º, LXI, que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei” (NUCCI, 2014, p. 519). Os incisos LXII, LXIII, LXIV e LXV, do mesmo artigo, outrossim, regulam a maneira pela qual a prisão deve ser formalizada (NUCCI, 2014, p. 519).

É possível afirmar, assim, que a prisão é a privação da liberdade ambulatoria (TOURINHO FILHO, 2013, p. 644), do direito de ir e vir, que se dá pelo encarceramento do indivíduo (NUCCI, 2014, p. 519).

A prisão preventiva, nesse contexto, é “[...] espécie do gênero prisão cautelar de natureza processual” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 683). É uma medida cautelar de restrição da liberdade da pessoa, indiciada ou ré, que observa as formalidades e requisitos estabelecidos pela lei (NUCCI, 2014, p. 549).

2.2 Momento e forma de decretação

Como leciona Fernando Capez (2017, p. 304-305), a prisão preventiva apenas poderá ser decretada quando nenhuma medida alternativa for cabível e eficaz para tutelar a

persecução penal, tornando-se a prisão, assim, imprescindível para a garantia do processo. A prisão, segundo ele, carecerá de justa causa quando for possível a imposição de outra medida (CAPEZ, 2017, p. 304-305). Por essa razão, a prisão preventiva possui como característica básica a instrumentalidade qualificada, porquanto serve para garantir o normal curso do processo e não para “fazer justiça” (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 73).

Ao contrário da lógica estabelecida inicialmente pelo sistema prisional do Código de Processo Penal de 1941 em sua redação original - que estabelecia um juízo de antecipação de culpabilidade - nossa Constituição afirmou a presunção da inocência em todas as fases do processo e da persecução penal, o que trouxe, por consequência, a exigência de que a prisão seja pautada na necessidade e indispensabilidade, definida em decisão fundamentada do juiz ou do tribunal (PACELLI, 2018, p. 500-501).

Desse modo, a primeira formalidade para a decretação da prisão preventiva é a imprescindibilidade de mandado de prisão, escrito e fundamentado, expedido por autoridade judiciária competente, nos autos do inquérito ou do processo (art. 283, caput, CPP) (NUCCI, 2014, p. 522).

Reforça-se que, para evitar abusos aos direitos do indivíduo, devem ser observadas a proporcionalidade, a excepcionalidade da medida e a necessidade de motivação da decisão que decreta, substitui ou denega a prisão preventiva (art. 315, CPP), como acima mencionado (NUCCI, 2014, p. 522-523).

Vale registrar, também, que quando a medida for cautelar e necessária, havendo ordem judicial, não será fixado dia e hora para ser efetuada a prisão do indivíduo (NUCCI, 2014, p. 522-523). Excepciona-se, todavia, a observância da garantia constitucional à inviolabilidade de domicílio (NUCCI, 2014, p. 522-523).

Há outra ressalva, também, no Código Eleitoral, em seu art. 236, ao dispor sobre a impossibilidade da prisão de qualquer eleitor 5 dias antes e até 48 horas depois das eleições, salvo quando em flagrante ou em função de sentença penal condenatória definitiva (TOURINHO FILHO, 2013, p. 656-657). Em relação aos mesários e candidatos, a norma determina o prazo de 15 dias (TOURINHO FILHO, 2013, p. 656-657).

Destaca-se, ainda, que a realização da prisão é ato policial, razão pela qual não poderá ser feito por juízes ou membros do Ministério Público (NUCCI, 2014, p. 525).

A prisão preventiva, feitas as devidas considerações, é cabível tanto para a ação penal pública quanto para a ação privada, conforme art. 311, do CPP, podendo ser decretada pelo juiz em qualquer fase da investigação policial do processo penal, inclusive em fase recursal (CAPEZ, 2017, p. 341-342). Quando for no curso da ação penal, a prisão pode ser

decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou de seu assistente, do querelante ou por representação da autoridade policial (CAPEZ, 2017. p. 341-342). Durante a investigação, por outro lado, não é possível a decretação de ofício, salvo na hipótese de conversão da prisão em flagrante em preventiva – art. 310, II, CPP (CAPEZ, 2017. p. 341-342).

Tendo em vista a possibilidade de decretação em qualquer fase do processo, poderá ocorrer por ocasião da decisão de pronúncia (art. 413, §3º, do CPP) e da sentença condenatória (art. 387, parágrafo único e art. 492, I, CPP), desde que demonstrada a sua instrumentalidade e indispensabilidade (PACELLI, 2018, p. 560).

Além do juiz, na acepção restritiva do termo, a preventiva também poderá ser decretada pelo Relator, nos processo de competência originária dos Tribunais, tendo vista ser ele o juiz da instrução nessa hipótese, conforme previsão do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.030/90 (TOURINHO FILHO, 2013, p. 686).

O requerimento, cumpre explicar, é sinônimo de “pedido, solicitação” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 687). A representação, por outro lado, consubstancia-se na “exposição escrita de motivos” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 687).

Importa sublinhar que, segundo Tourinho Filho (2013, p. 687), em que pesa lei tenha concedido ao assistente a possibilidade de requerer a prisão, esse não é o melhor proceder, porquanto não é o método eficaz para resguardar seu interesse à retribuição pelo dano sofrido.

Aury Lopes Junior (2017b, p. 59) faz uma crítica à legislação, defendendo que o uso da prisão preventiva para delitos de ação penal privada pode ser desproporcional, tendo em vista que, na maioria das vezes, são condutas de menor gravidade.

Quanto à decretação da prisão de ofício, trata-se de instaurar um processo cautelar sem provocação, o que, segundo Tourinho Filho (2013, p. 686), é “[...] um caso singular de jurisdição sem ação”. Aury Lopes Junior (2017b, p. 59-60) entende que tal proceder fere o modelo acusatório estabelecido constitucionalmente e vai de encontro ao princípio da imparcialidade do juiz, por conter resquícios do modelo inquisitório. Ele critica, também, a conversão da prisão em flagrante em preventiva, uma vez que, ausente o requerimento do Ministério Público, tal conversão em muito se aproxima da decretação de ofício (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 59-60).

A esse respeito, Fernando Capez (2017, p. 348) traz interessante observação sobre a possibilidade de conversão do flagrante em prisão preventiva mesmo sem o oferecimento da denúncia, por uma questão de “autêntica gradação da prova indiciária sob o influxo do princípio *in dubio pro societate*”. Afirma que os indícios exigidos para a conversão do

flagrante em preventiva não são tão rigorosos quanto os exigidos para o oferecimento da denúncia, até mesmo em razão da possibilidade de decretação da prisão para assegurar a eficácia das investigações e garantir novos acréscimos indiciários e indispensáveis à peça acusatória (CAPEZ, 2017. p. 348).

Ele traz a ressalva, porém, de que tal possibilidade não subsiste na hipótese de inquérito policial finalizado e relatado, quando o Ministério Público requer a devolução dos autos para realização de diligências complementares, deixando, assim, de oferecer a denúncia (CAPEZ, 2017. p. 349). Segundo o autor, não é razoável a prisão nesse caso, porquanto as investigações já concluídas não foram suficientes para demonstrar indícios de autoria (CAPEZ, 2017. p. 349).

Em relação à decretação da preventiva na fase policial, Nucci (2014, p. 549) menciona sua excepcionalidade, diante da possibilidade (e maior adequação) da decretação da prisão temporária. Também excepcional é a hipótese de prisão após a instrução criminal, que nasce com o ajuizamento da ação penal e se ultima após a coleta de provas, tanto no procedimento comum como no júri (NUCCI, 2014, p. 549-550).

A preventiva, por outro lado, pode ser autônoma ou subsidiária (PACELLI, 2018, p. 498 e 559). Será autônoma quando decretada independente de outra medida anterior ou como conversão da prisão em flagrante (art. 310, II, CPP) (PACELLI, 2018, p. 498 e 559). Será subsidiária quando decretada no caso de descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta (PACELLI, 2018, p. 498 e 559). Na primeira hipótese, a prisão preventiva observará as disposições dos artigos 312 e 313 do CPP (PACELLI, 2018, p. 498 e 559). Quanto à segunda, todavia, não há igual exigência (PACELLI, 2018, p. 498 e 559).

Evidentemente, o mero descumprimento da medida cautelar não é apto para justificar a imposição de medida tão gravosa (PACELLI, 2018, p. 559). O descumprimento deverá ser injustificado, posto que demonstrará o maior risco à efetividade da investigação ou do processo (PACELLI, 2018, p. 559). Destaca Pacelli (2018, p. 559) que a decisão que decreta a preventiva subsidiária não precisará de ampla fundamentação, ao contrário do que exige a autônoma (PACELLI, 2018, p. 559).

A prisão, entretanto, é a *ultima ratio* (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65). Logo, apenas será decretada em último caso, quando incabível a imposição ou substituição por outra medida cautelar, menos gravosa (art. 282, CPP) (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65). É necessária a observância da proporcionalidade, devendo-se preferir a imposição ou cumulação de medidas cautelares (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65). Capez (2017, p. 340), ressalta, por

outro lado, que a reiteração no descumprimento das medidas faz com que a prisão se torne necessária.

Em observância ao princípio da ampla defesa, o indiciado ou réu será anteriormente ouvido, podendo o juiz tomar a medida de ofício ou a requerimento do *Parquet*, seu assistente ou do querelante (NUCCI, 2014, p. 567).

Ademais, deve-se observar que a prisão preventiva sempre poderá ser revogada, na verificação de ausência de motivo para sua subsistência e ser novamente decretada, caso sobrevierem razões que a justifiquem (art. 316, CPP) (NUCCI, 2014, p. 559). Isso porque, na presença de novas provas, há uma modificação na situação fática, que pode evidenciar a necessidade da decretação ou revogação da medida (NUCCI, 2014, p. 559).

2.3 Requisitos e fundamentos da prisão preventiva

O Código de Processo Penal, em sua redação inicial, trouxe um sistema prisional em que imperava o juízo de antecipação de culpabilidade, tendo em vista que bastava como fundamentação da prisão a previsão legal, pois era desnecessário o juízo de cautelaridade (PACELLI, 2018, p. 500).

A partir da entrada em vigor da Constituição de 1988 e, mais especificamente, quando da chegada da Lei nº 11.719/2008, que alterou a matéria aqui tratada, passou-se a afirmar a presunção de inocência em todas as fases da persecução penal, motivo pelo qual as prisões processuais (antes do trânsito em julgado da condenação) exigem ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo os casos de transgressão militar ou crime militar definido em lei (art. 5, LXI, CF) (PACELLI, 2018, p. 500).

Além disso, Constituição Federal (art. 93, IX) e o Código de Processo Penal (art. 315) determinam que toda decisão judicial deve ser fundamentada (NUCCI, 2014, p. 556-557). Por esse motivo, é imprescindível que o juiz demonstre as razões que utilizou para restringir a liberdade do indivíduo (NUCCI, 2014, p. 556-557). Ressalta-se que essa análise deve ser individualizada nos casos de coautoria ou participação (NUCCI, 2014, p. 556-557).

A fundamentação poderá ser concisa, entretanto, não poderá se resumir à simples repetição do texto legal (NUCCI, 2014, p. 556-557). É possível, excepcionalmente, a fundamentação *per relationem*, acolhendo o parecer do órgão ministerial, quando este demonstrar inequivocamente a necessidade da privação de liberdade, pela análise completa das provas (NUCCI, 2014, p. 556-557).

Por conseguinte, a fundamentação deverá demonstrar a necessidade e indispensabilidade da prisão para a preservação da efetividade da persecução penal, isto é, para evitar que o indivíduo atue de modo a impedir ou embaraçar a atuação regular do Poder Judiciário (PACELLI, 2018, p. 501 e 559). Com efeito, a prisão somente será admitida quando for a única medida suficiente para esse fim, revelando a cautelaridade da medida (PACELLI, 2018, p. 501 e 559). A prisão processual é “[...] uma injustiça necessária do Estado contra o indivíduo, e, portanto, deve ser reservada para casos excepcionais” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 683).

Evidentemente que, na busca desse objetivo, não poderão ser ignoradas as garantias individuais fundamentais, pois a atuação da Justiça criminal apenas será legítima quando observado o devido processo legal (PACELLI, 2018, p. 501). Deve ser evitada ao máximo a perturbação do direito de liberdade do indivíduo, garantido pelo ordenamento jurídico, tendo em vista as graves consequências que a prisão traz para aqueles que são declarados inocentes ao final do processo (TOURINHO FILHO, 2013, p. 683).

De todo modo, a simples fundamentação não é suficiente (PACELLI, 2018, p. 559). Deverá estar demonstrar a presença dos fundamentos e requisitos legais, em observância ao princípio da legalidade (PACELLI, 2018, p. 559).

Passa-se, então, à análise dos fundamentos e requisitos da prisão preventiva, quais sejam, do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, previstos pelo artigo 312 do Código de Processo Penal (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 60). Alguns autores, a exemplo de Fernando Capez (2017, p. 338), por outro lado, entendem que os requisitos da tutela cautelar referem-se ao *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Nesse ponto, Aury Lopes Junior (2017a, p. 581) considera um equívoco a aplicação literal da doutrina processual civil ao processo penal, pois entende que este último possui categorias jurídicas próprias.

Quanto ao *fumus boni iuris*, Lopes Junior (2017a, p. 581-582) discorre que:

No processo penal, o requisito para a decretação de uma medida coercitiva não é a probabilidade de existência do direito de acusação alegado, mas sim de um fato aparentemente punível. Logo, o correto, é afirmar que o requisito para a decretação de uma prisão cautelar é a existência de um *fumus commissi delicti*, enquanto probabilidade da ocorrência de um delito (e não de um direito), ou, mais especificamente, na sistemática do CPP, a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Quanto ao *periculum in mora*, ele afirma que o *periculum* é o fundamento da prisão e não seu requisito (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 582). Além disso, destaca que a questão, no processo penal, não perpassa pelo risco na demora da prestação jurisdicional, pois “[...] o fator

determinante não é o tempo, mas a situação de perigo criada pela conduta do imputado” (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 582). O risco decorre da situação de liberdade do imputado, estando ligado ao perigo de fuga ou prejuízos ao desenvolvimento do processo e sua instrução (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 582). Por essa razão, ele explica que o termo correto para o fundamento é o *periculum libertatis* (LOPES JUNIOR, 2017a, p. 582).

Resumidamente, sempre será exigida para a decretação da prisão preventiva a prova da existência do crime, ou seja, a materialidade, indício suficiente de autoria, somado a uma das circunstâncias previstas no art. 312, do CPP - garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal -, demonstrado por elementos do processo ou do inquérito (TOURINHO FILHO, 2013, p. 694). Se inexistente a materialidade ou se insuficientes os indícios de autoria, deverá o juiz denegar o pedido (TOURINHO FILHO, 2013, p. 694).

2.3.1 Fumus comissi delicti

O *fumus comissi delicti* refere-se à prova de existência do crime e indício suficiente de autoria (PACELLI, 2018, p. 562). O primeiro diz respeito à certeza da ocorrência da infração penal, isto é, da materialidade do crime, não bastando, assim, a simples suspeita (TOURINHO FILHO, 2013, p. 685).

Na dúvida, não será admitida a prisão, em respeito ao princípio da presunção de inocência (NUCCI, 2014, p. 552). A prova, entretanto, não precisará ser definitiva ou respaldada por laudos periciais, principalmente quando no curso da instrução (NUCCI, 2014, p. 552).

O indício suficiente de autoria, por outro lado, “[...] é a suspeita fundada de que o indiciado ou réu é o autor da infração penal” (NUCCI, 2014, p. 553). Destaca-se que o indício é uma prova indireta, pois, segundo o art. 239, do CPP é “a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias” (NUCCI, 2014, p. 553). Todavia, como preleciona a própria lei, não será qualquer indício que autorizará a preventiva, mas apenas aquele suficiente, convincente, sólido (NUCCI, 2014, p. 553). Trata-se da probabilidade da autoria, suficiente para convencer e tranquilizar o magistrado (TOURINHO FILHO, 2013, p. 685).

Lopes Junior (2017b, p. 60-61) destaca que não é exigível um juízo de certeza, mas sim um juízo de probabilidade razoável. Ele distingue o juízo de probabilidade e o juízo de possibilidade, afirmando que o juízo de probabilidade é verificado pelo predomínio das razões

positivas – conduta aparentemente típica, ilícita e culpável –, em outras palavras, pela ausência de excludentes da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade – razões negativas (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 60-61). Por outro lado, para o juízo de possibilidade, seria dispensável o predomínio das razões positivas sobre as razões negativas (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 60-61).

Assim, via de regra, se for constatado que o agente praticou o fato abarcado por uma das excludentes de ilicitude (art. 23, Código Penal), a prisão não será decretada, por disposição do art. 314, do CPP (PACELLI, 2018, p. 562). A exceção seria o caso de descumprimento da medida cautelar de comparecimento a todos os atos do processo (art. 310, parágrafo único, CPP), visto que, quando insuficiente o agravamento das cautelares, será possível a decretação da preventiva, se imprescindível (PACELLI, 2018, p. 562).

2.3.2 Periculum libertatis

Quanto ao *periculum libertatis*, o perigo decorrente da liberdade do indivíduo deve ser real e concreto, com um suporte fático e probatório suficiente para legitimar a medida extrema, não bastando, portanto, meras suposições (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65). Além disso, é exigida a atualidade do perigo, diante da natureza situacional e provisional da prisão preventiva (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65). Ressalta-se ainda, a necessidade de fundamentação da medida, não sendo possível o emprego de alegações genéricas e de simples aplicação de preceitos legais (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 65).

O autor explica que o *periculum libertatis* é definido pela avaliação do risco para a ordem pública ou ordem econômica, da conveniência da instrução criminal ou da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 62). Enfatiza que tais situações são alternativas e não cumulativas, de modo que a presença de apenas uma já possibilita a decretação da medida extrema (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 62).

2.3.2.1 Garantia da ordem pública

A ordem pública é entendida como “paz, tranquilidade do meio social” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 687). A garantia da ordem pública, por consequência, pode ser observada pela gravidade concreta do crime, a repercussão social ou divulgação pelos meios de comunicação e a periculosidade do agente (NUCCI, 2014, p. 553). Salienta-se que a credibilidade do Poder Judiciário também é um fundamento aceito pelos tribunais (NUCCI, 2014, p. 553).

A jurisprudência, vez ou outra, admite que a preventiva seja decretada unicamente pela análise da gravidade do delito, para evitar o sentimento de inquietude social (PACELLI, 2018, p. 565).

A periculosidade do agente é verificada pelo risco de reiteração delitiva, demonstrada pelos antecedentes e pelo modo de execução do crime (NUCCI, 2014, p. 554). Seu envolvimento com organizações criminosas também é analisado (NUCCI, 2014, p. 554). Para esses fins, inquéritos policiais e ações penais em curso seriam elementos passíveis de aferição do risco de reiteração (PACELLI, 2018, p. 567).

Segundo Nucci (2014, p. 554), pelo menos dois de todos esses pontos apresentados deverão estar presentes para que se admita a decretação da preventiva. O autor destaca, também, que a hediondez do delito não implicará a decretação automática da prisão (NUCCI, 2014, p. 554). Ainda, ele ensina que a proteção do indivíduo contra vingança de terceiros não é argumento válido para a utilização da custódia cautelar (NUCCI, 2014, p. 554).

Segundo Lopes Junior (2017b, p. 63), a garantia da ordem pública é um conceito vago e aberto, passível de diversas interpretações, razão pela qual é comum a utilização de diferentes definições, como, por exemplo, o clamor público, a gravidade ou brutalidade do delito, a credibilidade da justiça e suas instituições, bem como o risco da reiteração delitiva (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 63). Não por outra razão que Tourinho Filho (2013, p. 688) entende que “[...] a medida extrema fica ao sabor da maior ou menor sensibilidade do magistrado, de ideias preconcebidas a respeito de pessoas, de suas concepções religiosas, sociais, morais, políticas”.

Aury Lopes Junior (2017b, p. 73-75) entende que os fundamentos da garantia da ordem pública e da ordem econômica são inconstitucionais, porquanto não são cautelares, mas sim utilizadas como medida de segurança pública e antecipação de pena. Para ele, a prisão preventiva possui “contornos de pena antecipada”, uma vez que acaba sendo utilizada com a finalidade de prevenção geral, por pretender isolar um sujeito supostamente perigoso (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 73-75). Ele fundamenta, ainda, que considera esse cenário inadmissível, pois consiste em interpretação extensiva *in malam partem*, realizada em detrimento dos princípios da legalidade e presunção de inocência (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 73-75).

O supracitado autor critica, também, o fundamento do clamor público, por considerá-lo uma construção midiática do pressuposto da prisão preventiva e, portanto, sem existência de uma situação fática verdadeira, que foge dos fins puramente cautelares e processuais (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 74). Pacelli (2018, p. 568) salienta que o clamor público, por si

só, não seria suficiente para a decretação da medida extrema, mas que poderia servir de apoio para os demais fundamentos.

Reprova-se, também, a argumentação do reestabelecimento da credibilidade das instituições, porquanto a prisão não seria o instrumento adequado para essa finalidade (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 77). Aponta, também, que essa fundamentação para a prisão vai de encontro com as recentes conquistas democráticas (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 77).

Além disso, Lopes Junior (2017b, p. 77) aponta sua discordância no que se refere ao fundamento do risco da reiteração delitiva, pois considera que isso seria adentrar a função de polícia do Estado, ao invés de atender puramente ao processo penal. Ademais, o autor enfatiza a inconstitucionalidade desse fundamento, por duas razões: seria um diagnóstico impossível de ser feito, visto que relativo a uma previsão do futuro, incompatível com a presunção de inocência; seria um argumento inquisitorial, pois impossível a realização de prova em sentido contrário (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 77).

2.3.2.2 Garantia da ordem econômica

Fernando Capez (2017, p. 340) entende que esse fundamento é mera repetição do fundamento anterior. Nucci (2014, p. 555), por outro lado, menciona ser uma espécie do gênero garantia da ordem pública.

A garantia da ordem econômica pretende evitar a reiteração de condutas que geram grandes perdas financeiras, pois estas podem colocar em risco a credibilidade e o funcionamento do sistema financeiro ou mesmo do mercado de ações e valores (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 64).

A Lei nº 7.492/1986, em seu art. 30, traz a possibilidade da prisão em razão da “magnitude da lesão causada”, isto é, considera o dano provocado pelo agente, a causar maior reprovação pela sociedade (NUCCI, 2014, p. 555).

Pacelli (2018, p. 564) acredita que a prisão não seria o meio eficaz para diminuir a lesão causada, de modo que a tutela da ordem financeira estaria melhor resguardada pelo sequestro e indisponibilidade dos bens do infrator. Tourinho Filho (2013, p. 690) destaca a ausência de cautelaridade da medida e sugere a adoção de sanções contra a empresa, como a multa, para evitar a ganância e preservar a ordem econômica.

2.3.2.3 Conveniência da instrução criminal

A conveniência da instrução criminal, por sua vez, é utilizada quando há um efetivo risco para a instrução e o andamento do processo, ou seja, na existência de risco à coleta de prova (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 64). Esse fundamento decorre da “[...] garantia da existência do devido processo legal, em seu aspecto procedimental” (NUCCI, 2014, p. 555).

A conveniência diz respeito a resguardar a possibilidade de a instrução criminal ser realizada de maneira “[...] escorreita, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real”, interesse de todas as partes do processo (NUCCI, 2014, p. 555). Lopes Junior (2017b, p. 64) critica o uso da expressão “conveniência”, por ser muito suscetível à discricionariedade.

Alguns exemplos de seu uso são quando o acusado está destruindo prova, alterando o local do crime e ameaçando ou subornando testemunhas, vítimas, peritos e até mesmo o juiz e o promotor (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 64). Por óbvio, não será admitida a prisão para impedir a atuação do acusado e de seu defensor, visando o atraso na instrução (PACELLI, 2018, p. 563). A atuação, com efeito, deverá se dar nos limites da lei (PACELLI, 2018, p. 563).

Com a criação das medidas cautelares alternativas à prisão preventiva, pela Lei nº 12.403/2011, caberá ao magistrado a análise da maior ou menor intensidade da perturbação causada à instrução criminal e da necessidade da medida, para optar entre a prisão e a medida mais branda (NUCCI, 2014, p. 555-556).

Esse fundamento é verdadeiramente instrumental e cautelar, porquanto visa a tutela da efetividade da persecução penal (PACELLI, 2018, p. 563). É necessário, como evidente, que a decisão seja fundamentada e faça menção a provas concretas e fatos apurados, não sendo suficiente a suposição de prejuízo à instrução e à colheita de provas (TOURINHO FILHO, 2013, p. 692).

2.3.2.4 Assegurar a aplicação da lei penal

Esse fundamento visa evitar a fuga do acusado, de forma a garantir a efetividade da sentença e do próprio processo, uma vez que, foragido, é impossível a aplicação da pena (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 64). Significa assegurar “[...] a finalidade útil do processo penal”, isto é, garantir que o Estado exerça o *jus puniendi*, sancionando o autor do delito (NUCCI, 2014, p. 556).

Destaca-se a necessidade de existir um risco concreto de fuga e não apenas a presunção (LOPES JUNIOR, 2017b, p. 64). A título de exemplo, a mera consideração da

riqueza do agente não pode ser utilizada como único fundamento para a decretação da medida extrema, mas poderá reforçar outras alegações (PACELLI, 2018, p. 563). A fuga da cidade ou do País pode ser demonstrada, por exemplo, pelo desfazimento injustificado dos “bens de raiz” (TOURINHO FILHO, 2013, p. 690).

Por fim, assim como na conveniência da instrução criminal, a maior ou menor intensidade do risco para a aplicação da lei penal deve ser levada em conta para escolher entre a prisão preventiva e a medida cautelar alternativa (NUCCI, 2014, p. 556).

2.4 Hipóteses de admissibilidade

Encerrada as considerações sobre os requisitos e fundamentos da prisão preventiva, é importante destacar que o art. 313, do CPP, traz as hipóteses de admissibilidade dessa prisão, que devem ser analisadas em conjunto com as disposições do art. 312, do CPP, sendo elas: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; condenação por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do *caput* do art. 64, do Código Penal; crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/2006, bem como criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; e quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, conforme parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.037/2009 (CAPEZ, 2017, p. 340-341). Nesta última hipótese, tão logo seja identificado o indivíduo, deverá ser posto em liberdade, salvo se houver outro motivo que mantenha a prisão cautelar (NUCCI, 2014, p. 557).

Quanto ao inciso I, do art. 313, do diploma processual, estão excluídos, por consequência lógica, os crimes culposos e as contravenções penais, bem como quando não for prevista pena privativa de liberdade para o delito (art. 283, §1º, CPP) (NUCCI, 2014, p. 557). Esse entendimento deriva do princípio da proporcionalidade, na sua face de proibição de excesso, porquanto visa evitar que a prisão cautelar seja mais grave que a condenação final (PACELLI, 2018, p. 560), que, normalmente, prevê a aplicação de penas alternativas à privativa de liberdade (NUCCI, 2014, p. 557).

É possível, também, que, mesmo quando a pena for inferior a quatro anos, seja admissível a medida extrema, na hipótese de descumprimento injustificado de medida cautelar alternativa anteriormente imposta, desde que a decisão demonstre a necessidade e imprescindibilidade da restrição de liberdade (PACELLI, 2018, p. 559).

Outras exceções a esse inciso seriam os delitos de associação criminosa, sequestro e cárcere privado, que possuem sanção máxima de três anos (PACELLI, 2018, p. 571-572). Segundo Pacelli (2018, p. 571-572) tais delitos apresentam alto potencial lesivo em normalmente, vêm acompanhados de outros crimes conexos. Ademais, na hipótese de reunião de processos (conexão e continência), pelo concurso material, formal e pelo crime continuado é possível obter sanções superiores a quatro anos, pois soma-se as penas em abstrato cominadas aos delitos (PACELLI, 2018, p. 571-572).

Na segunda hipótese (inciso II), determina-se a admissibilidade da prisão aos réus reincidentes em crimes dolosos, por condenação definitiva (transitada em julgado) (NUCCI, 2014, p. 558). Por conseguinte, a reincidência por crime culposos, ou a condenação por delito doloso, com posterior prática de crime culposos - e vice-versa -, não será analisado para a decretação da preventiva (NUCCI, 2014, p. 558). Deve-se observar, ainda, o período depurador de cinco anos, que extingue a reincidência (NUCCI, 2014, p. 558).

Nucci (2014, p. 558) entende que a reincidência, por si só, não é suficiente para a decretação da custódia cautelar, visto que é necessária a presença dos fundamentos e requisitos acima tratados (art. 312). Considera tal menção, então, inútil, porquanto a privação de liberdade será decretada mesmo se primário o indivíduo, se imprescindível a medida (NUCCI, 2014, p. 558).

Em relação aos casos de violência doméstica e familiar, destaca-se que a custódia somente durará enquanto necessária para a execução das medidas protetivas de urgência, como resta bem clara da própria leitura do dispositivo legal (NUCCI, 2014, p. 558). Nessa circunstância, não há a necessidade da previsão referente à pena máxima do crime (PACELLI, 2018, p. 573).

Como já acima mencionado, não será admissível a prisão preventiva, por previsão do art. 314, do CPP, quando verificada, por indícios suficientes, a presença de alguma excludente de ilicitude (art. 23 do Código Penal) (NUCCI, 2014, p. 558-559). Por analogia, as excludentes de culpabilidade também devem ser levadas em consideração, pois também excluem o crime (NUCCI, 2014, p. 558-559).

2.5 Duração da prisão preventiva

Na presente seção, serão apresentadas as evoluções legislativa e jurisprudencial da duração da prisão preventiva, as tentativas de fixação de prazo, bem como as teorias e

critérios adotados a fim de solucionar as questões advindas da manutenção do cárcere do indivíduo.

2.5.1 Evolução legislativa e jurisprudencial

Inicialmente, importa destacar que o Código de Processo Penal não estabelece, expressamente, o prazo de duração da prisão preventiva (PACELLI, 2018, p. 574). A única exceção, segundo Pacelli (2018, p. 574), consta da Lei nº 12.850/13, que trata das organizações criminosas.

Entretanto, já existiram tentativas de delimitação do que seria um prazo razoável de duração da prisão preventiva. Por exemplo, o PL 4.208/2001, que deu origem à Lei nº 12.403/2011, tentou prever um prazo de 180 dias em cada grau de jurisdição, todavia, a previsão restou vetada (NAKAHARADA, 2015, p. 113).

Da construção jurisprudencial surgiu o critério da soma aritmética dos prazos legais para a realização dos atos processuais, que culminou na fixação do prazo de 81 dias, quando se tratar de réu preso (PACELLI, 2018, p. 574). No âmbito da Justiça Federal, esse prazo seria de 101 dias, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de 15 dias para a conclusão do inquérito (PACELLI, 2018, p. 574). Essa é uma iniciativa que existe desde antes da Constituição atual (NAKAHARADA, 2015, p. 114-115).

Para o cômputo desse período, levava-se em conta o prazo para conclusão do inquérito até o prazo para prolação de sentença (PACELLI, 2018, p. 574). Esse prazo, destaca-se, tinha como consideração o somatório dos prazos no rito comum, ordinário, de modo que, em outros ritos, deveria ser feita a devida adequação (PACELLI, 2018, p. 574). Em momento posterior, passou-se a entender que o somatório deveria ser observado apenas até o final da instrução criminal (PACELLI, 2018, p. 574).

Entretanto, segundo Nakaharada (2015, p. 114-115), tal critério teria sido deturpado e a teoria do não prazo teria surgido. Desse critério também teria derivado a Súmula 52 do STJ (“encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo”), que acabou por limitar ainda mais a incidência do critério da razoabilidade (NAKAHARADA, 2015, p. 114-115). Aponta-se, também, que, no caso dos crimes dolosos contra a vida, foi editada a Súmula 21 do STJ (“pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução”) (NAKAHARADA, 2015, p. 114-115).

Em que pese a alegação de Nakaharada, no sentido de que as mencionadas súmulas teriam limitado a incidência da razoabilidade, Roberto Varalo Inácio chama atenção que para o fato de que “[...] a pronúncia e o encerramento da instrução criminal põem fim à alegação de excesso de prazo, mas com o olhar para trás” (INÁCIO, 2011, p. 50). Isso porque, segundo ele, havendo a continuidade do processo com a manutenção da prisão preventiva, o exame de razoabilidade continuará a existir, pois até mesmo após esses marcos o constrangimento por excesso de prazo poderá ser identificado (INÁCIO, 2011, p. 50).

Vale mencionar, ainda, outras tentativas de alterações legislativas, como a da Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95) que estabeleceu o prazo de 180 dias, mas que, posteriormente foi excluído pela Lei nº 9.303/96, que modificou a redação da legislação anterior (NAKAHARADA, 2015, p. 115). A Lei do Crime Organizado, posteriormente, foi revogada pela Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13) (NAKAHARADA, 2015, p. 115). Por fim, até mesmo o critério dos 81 dias deixou de existir, com a modificação dos prazos processuais pela Lei nº 11.719/08 (NAKAHARADA, 2015, p. 115).

Pacelli (2018, p. 575), por outro lado, defende a possibilidade de aplicação da antiga jurisprudência, realizando-se o somatório com a observância dos novos prazos.

As Leis nº 11.689/2008 e nº 11.719/2008 estipularam novos prazos para o rito do júri e para o procedimento ordinário (NUCCI, 2014, p. 550). No júri, o prazo para a conclusão da formação da culpa é de 90 dias, de acordo com o art. 412 do CPP (NUCCI, 2014, p. 550). Por outro lado, no rito ordinário, o prazo para designação de audiência de instrução e julgamento é de 60 dias, conforme o art. 400, do CPP (NUCCI, 2014, p. 550). Existe, ainda, o prazo de 30 dias para designação de audiência no procedimento sumário (art. 531) (NUCCI, 2014, p. 550).

A mencionada Lei nº 12.850/2013 determina o fim da instrução criminal em prazo razoável, que não poderá exceder 120 dias, estando o réu preso, prorrogáveis em até igual período, “por decisão fundamentada, devidamente motivada pela complexidade da causa ou por fato procrastinatório atribuível ao réu” (NUCCI, 2014, p. 550).

2.5.2 Teoria do não prazo e os critérios de razoabilidade em que se autoriza o reconhecimento do excesso de prazo

Como mencionado diversas vezes, a lei não estabelece um prazo determinado de duração (NUCCI, 2014, p. 550). Contudo, por lógica, ela não deverá ultrapassar eventual decisão absolutória, pois, nesse caso, não subsistiria o motivo da decretação (NUCCI, 2014, p.

550). Além disso, a partir do trânsito em julgado, como se sabe, não mais se fala em prisão preventiva, mas de prisão-pena (NUCCI, 2014, p. 550).

Na prática, os prazos estabelecidos em lei para a conclusão dos atos processuais são impróprios, ou seja, não existe sanção pelo seu descumprimento (NUCCI, 2014, p. 550-551). Todavia, a prisão não poderá se prolongar indefinidamente, sob pena de configuração de constrangimento ilegal (NUCCI, 2014, p. 550-551). A regra, então, é a análise da sua necessidade para o bom andamento da instrução criminal (NUCCI, 2014, p. 550-551). Assim, entra em cena a razoabilidade da sua duração, princípio constitucional, adotado, atualmente, pela maioria dos tribunais (NUCCI, 2014, p. 550-551).

Trata-se da teoria do não prazo, que preza pela verificação da razoabilidade no caso concreto, para evitar o indevido cumprimento antecipado de pena, adotando três critérios para sua aferição: a complexidade do caso, o comportamento processual do acusado e da defesa, bem como o das autoridades envolvidas na causa (NAKAHARADA, 2015, p. 116).

Estabelece-se, como critério correlato, o respeito à proporcionalidade (NUCCI, 2014, p. 551). A prisão cautelar proporcional seria aquela que não dure além do limite estabelecido pela pena mínima e máxima abstratamente prevista para o delito, nem ultrapasse os prazos previstos para a concessão de benefícios da execução penal (NUCCI, 2014, p. 551).

Roberto Varalo Inácio sintetiza bem o entendimento dos tribunais superiores, explicando que estes têm proclamado que o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem características de fatalidade e improrrogabilidade, não podendo a análise ser limitada à mera soma aritmética do tempo dos atos processuais (INÁCIO, 2011, p. 46-47). Ao adotar a razoabilidade, pela análise do caso concreto, eventual excesso de uma fase processual poderia ser compensado em uma próxima fase, porquanto o exame deverá ser feito de forma global (INÁCIO, 2011, p. 46-47). Ele reforça, ainda, que os critérios acima apontados são adotados tanto pelo Supremo Tribunal Federal como pelo Superior Tribunal de Justiça (INÁCIO, 2011, p. 46-47).

Em relação ao comportamento processual das partes, em especial da defesa, apenas poderá ser considerada justificável a ampliação do que se entende como prazo razoável quando a atuação se der manifestamente de má-fé e com intuito protelatório (BRETAS, 2006, p. 58-59). Caso contrário, a exigência de inação do acusado implicaria em séria violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto deve ser assegurado o direito de manifestação nos atos do processo, com todos os instrumentos processuais cabíveis (BRETAS, 2006, p. 58-59). Em relação ao comportamento da acusação, por outro lado, pode-

se trazer como exemplo o requerimento de diligências inúteis por parte do órgão acusador (OLIVEIRA, 2012, p. 344).

Nakaharada (2015, p. 118-119), no mesmo sentido, ressalta que não podem ser utilizadas contra o indivíduo o seu silêncio, a realização de diligências e perícias complexas, a expedição de cartas precatórias e rogatórias, bem como a interposição de recursos, porquanto são decorrências das garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Entretanto, nesse ponto, o autor critica a edição da Súmula 64 pelo STJ (“não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa”), por confrontar esse entendimento, mas salienta que o Tribunal Superior manteve o direito ao acesso ao duplo grau de jurisdição e que este firmou o entendimento que o exercício desse direito não poderia legitimar a manutenção de uma prisão preventiva (NAKAHARADA, 2015, p. 118-119).

Quanto à complexidade do feito, Peukert ([19--] *apud* BRETAS, 2006, p. 58) reflete ser o conceito vago, dependente de avaliação subjetiva daquele que julgará a causa. Ressalta-se, de qualquer forma, que apenas a complexidade fática pode justificar a prisão, e não a mera complexidade jurídica (NAKAHARADA, 2015, p. 120-121). A complexidade fática, segundo a jurisprudência, pode ser aferida por critérios mais objetivos, relacionados à dificuldade ou demora na apuração dos fatos, como, por exemplo, a pluralidade de réus ou de delitos, o envolvimento de organizações criminosas, bem como a necessidade de realização de perícias ou traduções, a expedição de cartas precatórias, entre outros (NAKAHARADA, 2015, p. 120-121).

O comportamento das autoridades, por último, está relacionado com a dilação indevida motivada pelo Estado, seja por meio do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou da atuação do Ministério Público (NAKAHARADA, 2015, p. 121). Oliveira (2012, p. 345) descreve que a conduta do Estado-juíz, apta a causar constrangimento ilegal, deve ser de pura inércia, ou seja, de omissão capaz de causar prejuízos.

Diante disso, é possível concluir que os próprios critérios de razoabilidade estabelecidos são vagos, não determinando solução “[...] expressa, efetiva e definitiva” (OLIVEIRA, 2012, p. 345).

Após analisar todos esses pontos, Nakaharada (2015, p. 124-127) chega à conclusão de que se faz necessária a previsão legislativa da duração da prisão preventiva em nosso ordenamento jurídico, pois a subjetividade atualmente permitida pode ocasionar arbítrios por parte do julgador. Assim, o autor propõe a estipulação de duração máxima para a prisão

preventiva, determinada para cada fase da persecução penal, bem como a previsão de revisão periódica de sua manutenção, tudo isso para impor limites à atividade do poder jurisdicional, a fim evitar a manipulação e arbitrariedade judicial (NAKAHARADA, 2015, p. 124-127). Ademais, ele sugere a previsão de sanção para os casos de não observância dos prazos máximos estipulados, ao exemplo do que ocorre na prisão temporária (NAKAHARADA, 2015, p. 124-127). Segundo ele, somente desse modo estariam atendidos os princípios da legalidade, do devido processo legal e da razoável duração do processo (NAKAHARADA, 2015, p. 124-127).

Tourinho Filho (2013, p. 684) também entende pela necessidade de fixação de um prazo para duração da prisão. Cita que deve imperar o princípio da minimização da violência para com quem está preso preventivamente, tendo em vista o princípio da humanização dos cárceres relativo às penas (TOURINHO FILHO, 2013, p. 684).

Segundo Bretas (2006, p. 41), a definição de balizas temporais para o encerramento do processo é imprescindível para proteger o indivíduo da arbitrariedade estatal na definição da sua condição de liberdade. Salienta o autor que “[...] a demora, para o acusado, representa sofrimento inócuo; para a sociedade, gera sensação de impunidade” (BRETAS, 2006, p. 42). O estabelecimento de prazos para a duração de processo penal, então, se presta a reduzir as consequências que a prisão gera na vida do réu (BRETAS, 2006, p. 45-46).

Oportuna é a menção à célebre lição de Rui Barbosa (1970 *apud* BRETAS, 2006, p. 45-46): “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”. Complementando esse entendimento, Bettiol (1976 *apud* BRETAS, 2006, p. 46) também afirma que a passagem do tempo extingue “[...] o interesse social no cumprimento da pena”. Por essa razão, interessa não só ao acusado, mas também ao Estado a prestação jurisdicional em tempo razoável (BRETAS, 2006, p. 46).

Não se pode olvidar, todavia, que o prazo fixado deverá ser suficiente para que as partes pratiquem os atos no processo e devem ser razoáveis e condizentes com a complexidade de cada caso (FERNANDES, 2012, p. 124).

Pacelli (2018, p. 575) entende pela atualização do critério concernente ao somatório dos prazos para realização de cada ato processual. Segundo ele, a contagem do prazo será iniciada com a prisão do indivíduo, seja ela em preventiva ou em flagrante (PACELLI, 2018, p. 575). A contagem seria de 86 dias para o rito ordinário e 107 dias na Justiça Federal, observadas as circunstâncias específicas do caso concreto (PACELLI, 2018, p. 575). No caso do júri, o prazo para conclusão seria de 90 dias, somados os prazos de prisão anterior ao recebimento da denúncia ou queixa (PACELLI, 2018, p. 575). O prazo, todavia, poderá,

excepcionalmente, ser ampliado no caso de complexidade da instrução (PACELLI, 2018, p. 575).

O autor entende, ainda, que o excesso de prazo estaria configurado pelo descumprimento de qualquer um dos prazos estabelecidos para a prática dos atos processuais, isoladamente considerados (PACELLI, 2018, p. 575). Entretanto, reconhece que o entendimento majoritário é no sentido de que seja feita a análise global dos prazos, com a possibilidade de compensação do atraso em outras etapas processuais (PACELLI, 2018, p. 575). Ela entende, todavia, que esse critério deve ser observado apenas como exceção (PACELLI, 2018, p. 575).

Em contraponto aos argumentos apresentados, Mariano Paganini Lauria ([2010]) discorda da necessidade de determinação de um prazo fixo, como ocorre no direito comparado, por acreditar que a duração razoável do processo deve levar em conta as especificidades do caso concreto, ainda que com a observância de alguns critérios objetivos. Para ele, a proporcionalidade deve sim ser observada, para avaliar os princípios em colisão (LAURIA, [2010]). Segundo esse autor, o estabelecimento de critérios fixados previamente pode levar a uma generalização perigosa, visto que nenhum caso é igual, de modo que a análise casuística seria a única forma de evitar a aplicação burocratizada de um direito fundamental (LAURIA, [2010]).

Nucci (2014, p. 550), igualmente, entende que o critério da razoabilidade deve ser observado, discordando na necessidade de estabelecimento de um prazo fixo para o término da instrução, repudiando, por exemplo, o critério dos 81 dias, antigamente utilizado.

Vinícius Lang dos Santos (2008, p. 99), por fim, traz uma postura intermediária entre os autores, pois entende que, diante da ausência de fixação de um prazo legal, caberia aos juízes fixá-lo ao início do processo. Contudo, ele reconhece que essa opinião não é admitida pelos tribunais superiores (SANTOS, 2008, p. 99).

3 PRISÃO PREVENTIVA E O EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA NA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF

Neste último capítulo, será apresentado o resultado da pesquisa à jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no tocante à prisão preventiva e o excesso de prazo na formação da culpa. São expostos os julgamentos representativos do entendimento da Corte Distrital sobre o tema, a fim de perceber o impacto da Instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011 da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios nas decisões. Será feita, então, uma análise de compatibilidade das decisões com os princípios da razoável duração do processo e da presunção de inocência, para, ao final, apresentar possíveis soluções para a indeterminação da duração da prisão preventiva.

3.1 Objeto e resultado da pesquisa

Inicialmente, cumpre destacar a metodologia aplicada a presente pesquisa, realizada em 18 de julho de 2019, referente à escolha dos marcos temporais e dos parâmetros de seleção dos acórdãos.

Foi analisado o universo total de julgados com referência ao excesso de prazo na prisão preventiva dentro do período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2018. Foram utilizados como termos de pesquisa na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia>) as palavras-chave “prisão preventiva”, “excesso de prazo”, razoável duração, presunção (inocência ou “não culpabilidade”), sendo selecionados aqueles julgados que retornassem a pesquisa por trazerem as expressões tanto na ementa quanto no corpo do acórdão (inteiro teor).

O mencionado marco temporal foi escolhido tendo em vista o estabelecimento de marcos objetivos de duração do processo criminal pela Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por meio da edição da instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011. O objeto do presente trabalho diz respeito à pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, nos mencionados períodos, a fim de investigar se a edição da instrução gerou (ou não) algum impacto substancial nas decisões do órgão.

Pretendeu-se, especialmente, analisar se a instrução alterou a forma como o Tribunal julga os pedidos de relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo na formação da culpa. Além disso, buscou-se verificar a conformidade das decisões com os princípios da razoável duração do processo e da presunção de inocência, tendo por base suas concepções

doutrinárias. Por essa razão, foram incluídas nos resultados finais as expressões similares aos referidos princípios, como “não culpabilidade” para se referir a presunção de inocência e duração razoável, sem o uso de aspas, para que houvesse maior retorno da pesquisa.

Cogitou-se a inclusão do termo “corregedoria” como palavra-chave, entretanto, o objetivo da pesquisa, como ressaltado, foi justamente observar a visão ampla dos argumentos utilizados pelo Tribunal. Assim, a exclusão daqueles julgados que não fizessem menção à instrução da Corregedoria reduziria, considerável e indevidamente, o número de acórdãos resultantes da busca, portanto, foi descartada.

Ao final desse procedimento, chegou-se ao total de 191 acórdãos. Todavia, desses, apenas 165 eram públicos. Desse modo, por não ser possível a leitura do inteiro teor dos acórdãos que estavam em segredo de justiça, e, por consequência, a análise completa dos fundamentos empregados pela Corte, estes foram excluídos do presente trabalho. Os remanescentes foram salvos para compor o conjunto de dados da pesquisa.

O passo seguinte foi, a partir da leitura dos julgados salvos, analisar os argumentos principais adotados para deferir ou indeferir os pedidos de relaxamento de prisão por excesso de prazo, para, ao final, expor as decisões representativas do entendimento do Tribunal. Foram levadas em conta as turmas julgadoras, a menção aos princípios que são objeto da pesquisa, a consideração sobre prazos processuais estabelecidos em lei ou pela instrução da Corregedoria do TJDF, o tempo de prisão do réu e o tipo penal imputado (com a finalidade de observância do rito adotado).

Vale ressaltar, por fim, que, após a leitura detida dos julgados selecionados, verificou-se que 20 acórdãos não estavam relacionados com o objeto de pesquisa, pois, apesar de trazerem em seu inteiro teor a expressão “excesso de prazo”, não tinham como propósito a análise dessa alegação. Em verdade, o termo apenas era mencionado em julgados que eram colacionados ao acórdão. Portanto, foram também retirados do resultado final da pesquisa, que contou com 145 acórdãos.

3.2 Considerações sobre a instrução nº 1/2011 da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios e seus impactos nas decisões do Tribunal

As três turmas criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios manifestam-se de maneira similar, identificando a duração razoável do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal e no art. 7º do Pacto de San José da Costa

Rica, como direito fundamental, conferindo maior atenção àqueles casos em que o indivíduo se encontra encarcerado (BRASIL, 2013j).

No tocante ao excesso de prazo na formação da culpa, afirmam que, embora o Código de Processo Penal não tenha estabelecido um prazo de duração da prisão preventiva, esta não poderá ser mantida por tempo superior àquele previsto para a conclusão da instrução criminal (BRASIL, 2014d).

Todavia, o entendimento fixado é de que a ocorrência (ou não) de constrangimento ilegal não depende apenas da análise isolada do tempo de prisão, ou, em outras palavras, não decorre unicamente da soma aritmética dos prazos processuais (BRASIL, 2012). Admite-se, assim, certa flexibilização da duração da instrução processual (BRASIL, 2013e). Isso porque a orientação do Tribunal é no sentido de que os prazos processuais são impróprios e, portanto, não devem ser considerados com rigor absoluto (BRASIL, 2014k).

Assim, a Corte realiza uma análise à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a identificar as circunstâncias do caso concreto que demonstrem a maior complexidade de causa, a justificar a dilação na formação da culpa (BRASIL, 2010a). O excesso de prazo, então, somente é reconhecido nos casos em que há demora injustificada na tramitação do feito (BRASIL, 2013b), decorrente, em linhas gerais, exclusivamente da atuação da acusação ou da inércia do aparato estatal (BRASIL, 2013a).

É importante salientar, por oportuno, que foi adotado pelo Tribunal o entendimento de que a contagem do prazo para instrução tem como marco inicial não a prisão preventiva, mas a decisão que analisa as alegações preliminares e deixa de absolver o acusado sumariamente (art. 397, do Código de Processo Penal) (BRASIL, 2014j; BRASIL, 2015a).

No tópico da complexidade da causa, é relevante destacar alguns casos em que o Tribunal considerou aceitável a delonga para o fim da instrução, indeferindo, assim, o pedido de relaxamento de prisão: grande número de réus (BRASIL, 2011b; BRASIL, 2013b) e de crimes (BRASIL, 2013j); causídicos distintos (BRASIL, 2014c); irregularidade na representação processual (BRASIL, 2013a); necessidade de expedição de carta precatória (BRASIL, 2013c; BRASIL, 2014f); realização de perícia (BRASIL, 2014l) ou outras diligências (BRASIL, 2013f); instauração de incidentes de insanidade mental (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2014n) e exame toxicológico (BRASIL, 2015h); degravações de interceptações telefônicas (BRASIL, 2016g; BRASIL, 2017b) e outras quebras de sigilo de dados (BRASIL, 2017d); realização de aditamentos à denúncia (BRASIL, 2016b); evasão do distrito da culpa (BRASIL, 2013e; BRASIL, 2016f); citação por edital (BRASIL, 2015c); desmembramento do feito (BRASIL, 2014i; BRASIL, 2015b); prisão do réu efetuada em

outro Estado da Federação, realizando-se, assim, transferência/recambiamento (BRASIL, 2014d; BRASIL, 2014e); greve dos servidores (BRASIL, 2015d; BRASIL, 2017g); não apresentação do preso pela escolta (BRASIL, 2013h; BRASIL, 2015e); dentre outros.

Além disso, há casos em que se reconhece que a demora decorre especialmente em razão da conduta da defesa, como por exemplo, sucessivas cargas da ação penal (BRASIL, 2013i), a demora na devolução dos autos do processo - e consequente expedição de mandado de busca e apreensão (BRASIL, 2016a) -, a insistência na oitiva de vítimas ou testemunhas e sucessivas remarcações de audiência (BRASIL, 2014g; BRASIL, 2015e). Ademais, via de regra, a Corte tende a não reconhecer o constrangimento ilegal quando o fim da instrução se avizinha, por julgar não ser recomendável (BRASIL, 2013g; BRASIL, 2017i; BRASIL, 2013a).

Ressalta-se, ainda, que o Tribunal considera que alguns crimes e ritos apresentam complexidade pela sua natureza, características e maior demanda de tempo para apuração dos fatos. Assim entendeu quando se tratava de tráfico de drogas (BRASIL, 2015o; BRASIL, 2017f), em razão da possibilidade de elastecimento do prazo para conclusão de inquérito policial, a existência de incidentes próprios do rito e a previsão em lei específica (Lei nº 11.343/06) de maior prazo para conclusão da instrução.

De maneira semelhante se manifestou a respeito do crime de organização criminosa, visto que a Lei nº 12.850/13 prevê o prazo de 120 dias, prorrogável por igual período, para o encerramento da instrução criminal (BRASIL, 2015g; BRASIL, 2017h). Vale sublinhar que, dentro do período temporal pesquisado, a primeira menção a prazos processuais para a conclusão da instrução diz respeito ao prazo de 81 dias e àquele previsto na Lei nº 9.034/95, por meio de citação à doutrina de Pacelli (BRASIL, 2010b), retomada em julgados posteriores.

Interessante apontar, também, que a Corte não reconhece a existência de excesso de prazo quando transcorrido período inferior a 60 dias, previstos no art. 400 do CPP, entre a decisão saneadora e a realização da audiência de instrução e julgamento (BRASIL, 2014j).

Feitas essas considerações, percebe-se que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios aplica a jurisprudência adotada pelo Superior Tribunal de Justiça em relação ao excesso de prazo na formação da culpa. É o que se extrai da leitura dos seguintes julgados (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2019b):

[...] 6. Conforme orientação pacificada nesta Quinta Turma, "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de

razoabilidade, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para a realização dos atos processuais" (RHC 58.140/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 30/9/2015).

[...] 3. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

Essa constatação também é confirmada pela aplicação frequente, pela Corte Distrital, das Súmulas 21 (BRASIL, 2015f; BRASIL, 2014h; BRASIL, 2014c) (superação da alegação de excesso de prazo em virtude da decisão de pronúncia), 52 (BRASIL, 2015j; BRASIL, 2015b) (superação pelo fim da instrução criminal) e 64 (BRASIL, 2015e; BRASIL, 2016e) (excesso de prazo provocado pela defesa) do STJ.

É interessante apontar, ademais, que as turmas do Tribunal são consonantes ao afirmar que a prisão preventiva, quando bem fundamentada na necessidade da medida e demonstrados os requisitos de cautelaridade, não conflita com o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII da Constituição Federal, nem se apresenta como antecipação de pena (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2014k; BRASIL, 2017e). Complementam determinando que a custódia cautelar se presta a garantir a paz social e que as condições pessoais favoráveis do acusado, por si sós, não são suficientes para garantir seu direito de permanecer em liberdade no curso da ação penal (BRASIL, 2017a).

Dando seguimento ao tema em estudo, é de suma importância apresentar que a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em respeito à previsão constitucional do princípio da razoável duração do processo e ao estabelecimento de prazos objetivos por parte do Conselho Nacional de Justiça, expediu a Instrução Normativa nº1 de 21 de fevereiro de 2011. Como reza o próprio texto da Instrução, a medida visa garantir a todos os litigantes a qualidade, celeridade e eficácia da prestação jurisdicional, por meio da recomendação da observância de prazos na tramitação de processos nas Varas Criminais e de Execução Penal.

O ato assim dispõe, *in verbis* (BRASIL, 2011a):

Art. 1º. Recomendar a observância dos seguintes prazos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça no II Seminário da Justiça Criminal em relação à duração razoável dos processos nas Varas Criminais e de Execução Penal:
Parágrafo Único: Estando o acusado preso, a duração razoável do processo criminal é de 105 (cento e cinco) dias, não podendo ultrapassar 148 (cento e quarenta e oito) dias, no procedimento ordinário, de 75 (setenta e cinco) dias,

no procedimento sumário, e de 135 (cento e trinta e cinco) dias, não podendo ultrapassar 178 (cento e setenta e oito) dias, na primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri.

Art. 2º. As serventias judiciais, observada a competência, capacidade operacional e a legislação processual vigente, poderão adotar procedimentos como forma de imprimir aos processos judiciais mais celeridade e eficiência.

Art. 3º. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

O objeto da pesquisa, como inicialmente exposto, é a análise do impacto desse ato normativo nas decisões da Corte Distrital. Notou-se, da leitura dos acórdãos pesquisados, que a 1ª Turma Criminal foi a primeira a mencionar a instrução, em julgamento datado de 13 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). Na hipótese, o paciente, denunciado por tráfico de drogas, estava preso há pouco mais de 120 dias, período considerado pela Corte como razoável, inclusive à luz da recomendação da Corregedoria. O argumento principal, todavia, foi a aplicação da Súmula 52/STJ, porquanto a instrução criminal havia se encerrado.

A 2ª Turma Criminal, por sua vez, fez referência à instrução pela primeira vez em 27 de junho de 2013 (BRASIL, 2013d). Argumentado pela defesa a violação ao art. 399 do Código de Processo Penal, visto que o paciente estava preso há mais de 60 dias, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, o Tribunal entendeu, novamente, não haver excesso de prazo.

Por fim, a 3ª Turma Criminal começou a citar a instrução em 9 de janeiro de 2014 (BRASIL, 2014k). Nesse caso, a defesa alegou que o réu estava preso há mais de 130 dias, o que ofenderia o art. 400, do Código de Processo Penal. O órgão fracionário afirmou o caráter de mera recomendação do ato normativo e, visualizando o fim da instrução processual, em conjunto com o princípio da razoabilidade, considerou não haver excesso de prazo.

Foi possível perceber, outrossim, que o Tribunal, via de regra, reforça o entendimento de que os prazos previstos na instrução não se sobrepõem aos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, nem vinculam o julgador, que deverá, ao contrário, se pautar pela razoabilidade (BRASIL, 2015i). Contudo, a mesma Corte invoca a não superação daqueles prazos, quando entende necessário, para denegar a ordem de *habeas corpus*, afastando a alegação de constrangimento ilegal.

Sem buscar esgotar todas as decisões do Tribunal, menciona-se, a título de exemplo, caso no qual os acusados encontravam-se encarcerados há 110 dias e, instada a se manifestar, a 3ª Turma Criminal calculou que a prisão atingiria 145 dias na data marcada para a audiência de instrução. Afirmou assim, que não estaria superado o prazo de 148 dias previstos para o encerramento da instrução no procedimento ordinário (BRASIL, 2014m).

Essa turma adotou entendimento semelhante quando verificou que a prisão perdurava por 85 dias (BRASIL, 2015l), 139 dias (BRASIL, 2015m), 116 dias (BRASIL, 2016h), dentre outros casos. A 2ª Turma, de igual modo se manifestou quando o paciente estava enclausurado há 62 dias (BRASIL, 2016c), 118 dias (BRASIL, 2016d) e 140 dias (BRASIL, 2015e). O mesmo se observa na 1ª Turma, quando constatou que o indivíduo estava preso há 98 dias (BRASIL, 2017c).

Não é outra a posição adotada nos casos submetidos ao rito do júri. Não ultrapassado o prazo recomendado de 178 dias para o fim da primeira fase do procedimento, as turmas entenderam não haver excesso de prazo (BRASIL, 2013f; BRASIL, 2014a).

Entretanto, excepcionalmente, a Corte utiliza os mencionados prazos para conceder a ordem. Vale mencionar a hipótese em que a prisão cautelar perdurava por mais de 240 dias, tendo sido marcada nova audiência para período próximo ao recesso forense. A 3ª Turma Criminal entendeu ser tal situação incompatível com o princípio da razoabilidade, tendo em vista a extrapolação em mais de 2 meses do prazo máximo previsto na instrução da Corregedoria para o rito do júri (BRASIL, 2014p).

Outro caso digno de nota diz respeito a delito perpetrado por elevado número de réus (onze). A 3ª Turma Criminal entendeu não se tratar de feito complexo, razão pela qual, ultrapassado o prazo de 148 dias previstos na instrução - mais de 200 dias de prisão cautelar - e estando o processo em fase de análise das defesas preliminares, era caso de se reconhecer a demora excessiva (BRASIL, 2015k).

De modo semelhante, concluiu que o recolhimento cautelar por período superior a 210 dias configurava excesso de prazo, a despeito do encerramento da instrução, em virtude da ausência de maior complexidade do feito e da extrapolação dos prazos recomendados pela instrução da Corregedoria. Atentou, também, ao fato de que ainda estavam pendentes a manifestação das partes a respeito de laudos (BRASIL, 2016i).

Essa mesma turma, ainda, considerando o princípio da razoabilidade e os prazos previstos na instrução para a conclusão da instrução no procedimento ordinário, entendeu que, ante a ausência de complexidade do caso, o encarceramento por período de 115 dias, sem que sequer tenha ocorrido o recebimento da denúncia, configurava constrangimento ilegal (BRASIL, 2015n).

É interessante fazer constar, a título de comparação, que no início do ano de 2011, antes mesmo da instrução surgir como argumento determinante nos julgamentos, a 2ª Turma Criminal havia concedido a ordem, raciocinando apenas com o princípio da razoabilidade. Citam-se dois casos, ambos contando com oito corréus, em processos ainda em fase de

respostas à acusação, em que as prisões prolongaram-se por mais de 220 dias (BRASIL, 2011d; BRASIL, 2011c).

Outrossim, apesar de a Corte Distrital ter certo apreço pela recomendação da Corregedoria, vez ou outra ainda julga com base apenas no mencionado princípio, sem, necessariamente, se reportar a prazos processuais. Vale apresentar mais dois casos em que concedeu a ordem: no primeiro, a prisão alcançava período superior a 230 dias sem que houvesse data concreta para o julgamento pelo Tribunal do Júri (BRASIL, 2014o); no segundo, a turma estimou que o acusado, na data em que se realizaria a audiência de instrução, já estaria preso por quase seis meses, por crime com pena mínima de 01 (um) ano, sem complexidade na instrução (BRASIL, 2016j).

Sob outra perspectiva, é interessante realçar que o Tribunal também reconhece constrangimento ilegal nos casos em que o tempo de prisão preventiva ultrapassa a pena cominada ao tipo penal (BRASIL, 2017k; BRASIL, 2017j).

O que se pode extrair, então, é que a 3ª Turma Criminal apresenta a maior tendência a conceder a ordem de *habeas corpus* para reconhecer o excesso de prazo. O constrangimento ilegal, via de regra, é identificado quando a prisão ultrapassa ou se aproxima a 200 dias, sem que se tenha iniciado a instrução criminal.

Apesar de todas essas considerações, existem circunstâncias em que o Tribunal profere decisões que causam certo estranhamento. Em casos muito semelhantes aos acima mencionados, em que seria possível reconhecer a simplicidade do caso e a demora exagerada na instrução do feito, a Corte proferiu decisões desfavoráveis ao acusado, afastando o constrangimento ilegal.

É o que se vê, por exemplo, em caso no qual a defesa alegou que o cárcere se prolongava há mais de um ano após a decisão de pronúncia. A 2ª Turma Criminal reconheceu que o processo não era complexo, entretanto, ainda assim, afirmou que o período de duração não violava a proporcionalidade e razoabilidade, em virtude da proximidade do julgamento pelo Tribunal do Júri (BRASIL, 2013g).

Em processo similar, a 1ª Turma Criminal entendeu que a prisão por intervalo de mais de um ano entre a decisão de pronúncia e a sessão plenária era razoável, aplicando, ainda, a Súmula nº 21/STJ. Destaca-se, entretanto, que a prisão, como um todo, atingia o período de quase dois anos e o número de réus (três) não denotava excessiva complexidade (BRASIL, 2014c).

3.3 Análise de compatibilidade com os Princípios da Razoável Duração do Processo e da Não Culpabilidade

Inicialmente, merece aprofundamento a questão atinente à adoção, pelo Tribunal Distrital, do entendimento de que o cômputo do prazo para instrução se inicia a partir da decisão saneadora, ou seja, aquela que afasta a absolvição sumária, prevista no art. 397, do CPP. Pondera-se que esse não é o melhor entendimento à luz da doutrina.

Discorreu-se que o princípio da duração razoável do processo incide desde a fase de investigação preliminar (OLIVEIRA, 2012, p. 345). Isso se dá pelo fato de que a partir desse ponto se passa a perquirir sobre a materialidade e autoria do delito, o que atrai a proteção pelas garantias constitucionalmente previstas (OLIVEIRA, 2012, p. 345). A contagem do prazo apenas poderia iniciar a partir do recebimento da denúncia quando não houvesse instauração de inquérito policial (OLIVEIRA, 2012, p. 345). Ainda assim, o que determina a necessidade da avaliação da duração da prisão são os efeitos que a persecução penal gera para a dignidade do acusado (OLIVEIRA, 2012, p. 345).

Como se sabe, a própria existência de ação penal contra um indivíduo já implica sofrimento e ônus para o acusado, ainda mais quando o processo se protrai excessivamente no tempo (OLIVEIRA, 2012, p. 357).

É de se concluir, então, que mais onerosa ainda é a situação daquele que aguarda o desfecho do feito recolhido ao cárcere. Assim sendo, o termo inicial para a avaliação da razoabilidade da duração do processo não deve ser outro senão o momento da prisão do indivíduo.

É equívoco, portanto, o posicionamento do TJDF, que desconsidera relevante (e gravoso) período de prisão a que o acusado é submetido antes mesmo da decisão saneadora. Esse modo de pensar diminui, indevidamente, o âmbito de reconhecimento de constrangimento ilegal e torna admissível a violação a garantias básicas previstas no ordenamento jurídico.

Feitas essas considerações, passa-se ao ponto seguinte. Como demonstrado na exposição realizada no tópico anterior, verifica-se que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios aplica, extensivamente, o critério da razoabilidade para solucionar as questões atinentes ao excesso de prazo na formação da culpa.

Convém, então, avaliar se a maneira como a Corte adota e utiliza o mencionado critério se coaduna com o ordenamento jurídico e com o que se espera de um Estado Democrático de Direito.

Foi constatado que a Corte Distrital, apesar de reconhecer a duração razoável do processo como direito fundamental do indivíduo, a utiliza para flexibilizar o que se entende como período aceitável de duração da instrução criminal, permitindo, assim, maior dilação na formação da culpa. O que se observa, pois, é que o princípio é invocado em favor do Estado, não do indivíduo, como preceitua a Constituição Federal.

Bretas (2006, p. 109-110), acertadamente, considera ser um contrassenso a utilização da razoabilidade como subterfúgio do Estado para extrapolação dos prazos. Isso porque a razoabilidade deve sempre prevalecer em favor do acusado, à medida que suas garantias devem ser respeitadas e observadas (BRETAS, 2006, p. 109-110). Não por outro motivo, é que a razoabilidade impõe a soltura do acusado, não a manutenção do seu cárcere (BRETAS, 2006, p. 109-110).

Insiste o autor que o indivíduo não deve arcar - pagando com sua liberdade -, com as deficiências da atuação estatal (BRETAS, 2006, p. 110). Além do mais, falar em extrapolação significa, pela sua própria natureza, escapar daquilo que se tem como razoável (BRETAS, 2006, p. 110).

Como explicado ao longo do trabalho, a presunção de inocência estabelece o *favor libertatis*, impondo a liberdade como regra e a prisão, como exceção. Mas não só. Esse princípio determina, também, uma orientação de interpretação. Significa dizer que as regras que implicam restrição de liberdade do acusado devem ser interpretadas em seu favor.

Desse modo, a Corte, ao aplicar o critério da razoabilidade em desfavor do réu, com a finalidade de justificar a manutenção da custódia cautelar, inverte os preceitos orientadores do sistema, afastando a regra (liberdade) e fazendo prevalecer a exceção (prisão).

Verificou-se, também, que o Tribunal faz considerações, de maneira extensa, sobre as circunstâncias do caso concreto que denotam a complexidade da causa, a justificar o prolongamento para o fim da instrução, especificando, inclusive, determinados crimes considerados complexos por sua própria natureza.

Uma dessas circunstâncias diz respeito à pluralidade de réus. Nesse ponto, vale realçar que a simples indicação da existência de um maior número de acusados não é suficiente para justificar a inobservância dos prazos determinados para a prática dos atos processuais, ainda mais quando diante de prisão cautelar (BRETAS, 2006, p. 117). Via de regra, os agentes públicos devem seguir os prazos independentemente do número de réus presentes no processo, visto que a garantia da razoável duração do processo favorece a todos (BRETAS, 2006, p. 117).

É preciso que a Corte demonstre, concreta e objetivamente, a forma como a multiplicidade de réus acarretou “[...] situação absolutamente incompatível com a observância dos prazos” (BRETAS, 2006, p. 118).

Ademais, em grande parte dos julgados analisados, foi possível perceber que o que justifica a prisão cautelar é a gravidade do delito, sob o argumento de garantia da ordem pública. Como explicado em capítulo próprio, muitos doutrinadores entendem que tal fundamentação não se coaduna com a natureza cautelar e instrumental da prisão preventiva. Destarte, a presunção de inocência impõe que a prisão antes da decisão condenatória definitiva seja extremamente excepcional, servindo apenas aos casos que atendem à necessidade do processo, não do interesse ou clamor da sociedade.

Bretas (2006, p. 106-107), com propriedade, ensina que a gravidade do fato e a natureza do crime não podem servir de motivação para a extrapolação dos prazos previstos para a conclusão da instrução, porquanto a qualidade do crime não tem o condão de afastar a garantia do acusado de ser julgado em um prazo razoável, com a celeridade devida. O autor afirma que a lei não dispôs sobre essas exceções e que invocar tais argumentos é ilegal (BRETAS, 2006, p. 106-107).

Igualmente, reforça que, independentemente da constatação da complexidade da causa, há de se respeitar o direito à razoável duração do processo (BRETAS, 2006, p. 119). É importante esclarecer que o autor admite que existam causas em que a própria complexidade opõe obstáculos ao cumprimento dos prazos, demandando, por consequência, maior dilação para a resolução (BRETAS, 2006, p. 119).

Devemos reconhecer que o próprio legislador previu, para certos crimes, prazos maiores para a prática de atos processuais, identificando as características próprias do delito e as maiores dificuldades de apuração dos fatos. É o caso, por exemplo, da Lei nº 12.850/13 e da Lei nº 11.343/06.

Todavia, como bem enfatiza o ilustre autor, “[...] não é o acusado quem deve arcar com tal circunstância, com o ônus de permanecer segregado cautelarmente, por mais tempo que a lei permite” (BRETAS, 2006, p. 119).

Outrossim, é de se ressaltar que o Tribunal aponta a gravidade do crime como um argumento auxiliar para a manutenção da prisão que perdura por longos períodos. A Corte argumenta que, ante a suposta fundamentação e necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e pelo fato de o fim da instrução se avizinhar, é recomendável a permanência da reclusão ao cárcere.

Nesse contexto, é válida a reflexão no sentido de que a simples marcação de uma audiência, por exemplo, não garante o efetivo término da instrução. Vários imprevistos podem sobrevir, causando remarcações de audiências e, conseqüentemente, atrasos na resolução do feito.

Todavia, ainda que assim não fosse, é acurado o raciocínio de que o fim da instrução não coincide, necessariamente, com o término do processo. A superação da fase instrutória, tanto no procedimento ordinário, como no rito do júri, não deveria ser suficiente para sanar o constrangimento ilegal causado pela prisão além do tempo adequado e razoável (BRETAS, 2006, p. 103).

Com efeito, o fim da instrução ou a decisão de pronúncia não deveriam ser utilizados como uma carta na manga do Estado para solucionar ilegalidades. É fato que o acusado teve sua liberdade tolhida antes do fim da instrução; o tempo que ficou recolhido ao cárcere não desaparece pela simples prática de um ato processual. Pior ainda é constatar que essa situação é perpetuada, quase que indefinidamente, enquanto o acusado permanece em situação de incerteza quanto à formação de sua culpa. Tudo em razão do descompromisso com a análise dos efeitos maléficos do cárcere.

É necessário, ainda, dar ênfase à questão atinente ao comportamento das partes, especialmente quando se ignora o constrangimento ilegal, ao argumento de que o excesso de prazo decorre da conduta da defesa.

Pinheiro (2011, p. 96) oferece interessante observação ao apontar que este critério sequer deveria ser considerado como determinante para a duração do processo, visto que a inércia, notadamente a da defesa, gera sérias consequências jurídicas. O fato é que sob os litigantes recai, de modo infalível, os institutos da decadência, da prescrição e da preclusão (PINHEIRO, 2011, p. 96).

Assim, segundo o autor, não faz sentido falar que a parte estaria abusando de seu direito quando apenas o exerce dentro do “espaço-tempo procedimental” (PINHEIRO, 2011, p. 96). Em verdade, o abuso estaria configurado quando houvesse a prática de ato fora do prazo estabelecido, o que, como destaca, não é viável, diante da prejudicial ocorrência da preclusão (PINHEIRO, 2011, p. 96).

Mesmo assim, tendo em vista que esta circunstância é amplamente considerada pelas Cortes em geral, convém analisar a sua compatibilidade com as garantias constitucionais do acusado. Como mencionado em momento oportuno, não se ignora que o comportamento eminentemente protelatório da defesa permite a ampliação do conceito do prazo razoável. No entanto, o intuito procrastinatório deve ser concreta e cabalmente comprovado (BRETAS,

2006, p. 58). Não bastam meras elucubrações, sob pena de violação a garantias muito caras ao processo, que asseguram a sua dialética, quais sejam, o contraditório e a ampla defesa (BRETAS, 2006, p. 58). O alargamento do conceito, portanto, é medida excepcional (BRETAS, 2006, p. 58).

É imperioso deixar mais do que claro que não se deve, em hipótese alguma, exigir a inércia do acusado e de sua defesa perante a acusação (BRETAS, 2006, p. 58-59). O exercício do contraditório e da ampla defesa jamais deve ser frustrado, tampouco utilizado como pretexto para a perpetuação do constrangimento ilegal que é a manutenção do cárcere (BRETAS, 2006, p. 58-59).

Lembre-se que não é admissível, em nosso ordenamento jurídico, que sejam opostos obstáculos ou embaraços na produção de provas (BRETAS, 2006, p. 115), porquanto esta interessa ao juízo para a formação do seu convencimento, do seu juízo de certeza (MALATESTA, 1981 *apud* BRETAS, 2006, p. 113).

Voltando à análise dos julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, digno de nota é a utilização de circunstâncias como a insistência na oitiva de vítimas e testemunhas e, as consequentes remarcações de audiência para afastar a alegação de excesso de prazo. De fato, na maioria dos julgados analisados, não há demonstração expressa e concreta do *animus proteladi* da defesa. O sentimento que fica, então, é o de que qualquer intercorrência, decorrente do exercício do contraditório e da ampla defesa, será utilizada em prejuízo do acusado.

É inadmissível que a defesa seja intimidada a não solicitar produção de provas ou qualquer diligência, ante a possibilidade de ter voltado contra si o seu exercício da ampla defesa (BRETAS, 2006, p. 116). Todavia, é o que se percebe ser admitido, ainda que indiretamente, pela jurisprudência (BRETAS, 2006, p. 116).

Outrossim, além de expor a defesa como culpada pela delonga na tramitação do processo, o Tribunal também afasta a alegação de constrangimento ilegal sob o argumento de que a demora não seria atribuível ao juízo. Por suposto, a ilegalidade apenas seria aferida quando o excesso decorresse da inércia do aparato estatal. Essas justificações costumam andar em conjunto.

Bretas (2006, p. 121) assevera, com razão, que, mesmo nestas circunstâncias, havendo atraso no andamento do processo, não há como fugir do reconhecimento do constrangimento ilegal, porquanto o Estado tem o dever de fiscalizar a obediência da lei, o que inclui, por óbvio, os prazos processuais.

Diante de todo o exposto, devemos reiterar que a soltura do réu é a medida mínima a ser adotada quando constatado o excesso de prazo (BRETAS, 2006, p. 73 e 121). A radicalidade no tratamento dos prazos processuais não traz descrédito à justiça (BRETAS, 2006, p. 73 e 121). Na realidade, ela consolida e concretiza o Estado Democrático de Direito (BRETAS, 2006, p. 73 e 121).

Assim, bem andou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ao conceder a ordem nos casos em que fez prevalecer o critério da razoabilidade em favor do réu, reconhecendo o constrangimento ilegal na permanência do acusado no cárcere, quando clara a excessiva demora na tramitação do feito.

De igual sorte, acertadamente decide pela soltura do réu quando o tempo de prisão preventiva extrapola a pena prevista pelo tipo penal. De outra forma não poderia ser, pois a manutenção dessa situação importaria em flagrante antecipação de pena, vedada pela presunção de inocência.

Sem embargo, o que se observa é que, em um universo de julgados analisados para a presente pesquisa, apenas uma ínfima quantidade efetivamente reconheceu a existência de constrangimento ilegal pela excessiva duração do processo.

Não se ignora o fato de que alguns dos julgados demonstraram intercorrências no processo que, realmente, justificam a maior dilação para o fim da instrução. É admissível a subsistência da prisão preventiva excepcionalmente nesses casos, à luz do entendimento adotado pela jurisprudência.

Sabemos, também, que a proteção dos interesses da sociedade é valioso ao Direito Penal, todavia, sob a ótica garantista, não se admite que as garantias fundamentais do indivíduo sejam revertidas com esse propósito, em especial a presunção de inocência.

Apesar disso, nos parece que, na maioria dos casos, a Corte tentou encontrar subterfúgios para manter o acusado recolhido ao cárcere, procurando a dedo circunstâncias mínimas que poderiam afastar o constrangimento ilegal. A exceção, portanto, vem se tornando a regra.

O que se pretende sustentar, diante dessa constatação, é que, observada a longa duração do processo, a medida adequada, razoável e que atende ao Estado Democrático de Direito é a soltura do acusado. A existência de ação penal contra o acusado, por si só, se apresenta como penoso e cruel. Responder preso à acusação que lhe pesa, então, é ainda mais gravoso.

Assim, antes (e preferível) manter em liberdade aquele que ao final será condenado - dado que essa é a imposição posta pela presunção de inocência -, do que tolher a liberdade daquele que será absolvido ao fim do processo.

Por oportuno, merece, pois, o destaque a outras soluções apresentadas pela doutrina a fim de atenuar os efeitos do excesso de prazo na instrução. Primeiramente, defende-se a possibilidade de atenuação da pena, sob o argumento de que o ônus gerado pela demora na tramitação do feito configuraria circunstância relevante não prevista em lei, apta a atrair a incidência da disposição do artigo 66, do Código Penal (OLIVEIRA, 2012, p. 357).

De modo muito semelhante, surge a alegação da possibilidade de desconto de pena, tendo por base a aflição e angústia causada pela situação de incerteza trazida pela delonga na ação penal (BRETAS, 2006, p. 65-67). Reconhece-se que o processo, em si, causa sofrimento ao homem e que as mazelas daí decorrentes ensejariam antecipação de pena, a justificar o mencionado desconto (BRETAS, 2006, p. 65-67). Essa solução, vale ressaltar, seria aplicável em qualquer caso de excesso de prazo, estando o acusado preso ou em liberdade, razão pela qual se distingue do instituto da detração (BRETAS, 2006, p. 65-67).

Fala-se também em exigência de indenização em face do Estado, por demora na prestação jurisdicional (OLIVEIRA, 2012, p. 361). Essa hipótese é mais plausível quando da absolvição do acusado (BRETAS, 2006, p. 64).

Sob outra perspectiva, há quem defenda a nulidade dos atos praticados fora do prazo considerado como razoável, com a consequente possibilidade de aproveitamento apenas das provas e atos praticados dentro do limite do razoável, bem como a extinção do processo, com fundamento no abandono tácito da persecução (BRETAS, 2006, p. 70-71).

Em todo caso, como já foi apontado também em outros capítulos deste trabalho, ao que nos parece, a solução que melhor se coaduna com o Estado Democrático de Direito e com os princípios constitucionais por ele adotados é a fixação da duração máxima da prisão preventiva ou a imposição, ao juiz, do dever de revisão periódica da prisão, como sugere Oliveira (2012, p. 347).

Essa duração, aconselha Delmanto Júnior (2011, p. 140), deve ser pensada tendo em mente que a prisão deve se prolongar pelo menor prazo possível, observando as variáveis que podem eventualmente surgir no processo, como maior complexidade do feito e a gravidade da imputação. Essa sugestão, observa-se, propõe meio termo entre os interesses da sociedade e do acusado.

Enquanto não há essa iniciativa, é recomendável que se dê maior cogência aos prazos previstos na lei processual - e, no caso do Distrito Federal, à própria instrução normativa

expedida pela Corregedoria do Tribunal de Justiça -, a fim de que sejam respeitados os direitos e garantias fundamentais do acusado.

Aconselha-se que os agentes públicos passem a atuar com maior diligência, sob pena de responsabilização adequada (PINHEIRO, 2011, p. 112). Deve-se extinguir, por derradeiro, a figura do prazo impróprio, que apenas estimula a morosidade da máquina estatal (PINHEIRO, 2011, p. 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objeto a análise do instituto da prisão preventiva, com todos os aspectos a ela inerentes. O foco principal girou em torno da duração dessa modalidade de prisão processual, tendo em vista a ausência de determinação de prazo objetivo.

Ficou constatado que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal adota a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, relativa à teoria do não prazo, que determina a observância de critérios de razoabilidade para a análise da existência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo.

Em razão dessa adoção, o TJDFT considera as mesmas circunstâncias que a Corte Superior a fim de justificar a dilação para o fim da instrução: complexidade da causa, comportamento das partes e atuação da autoridade judicial. Há, também, a aplicação considerável das Súmulas do STJ atinentes ao instituto em estudo (Enunciados de Súmula nº 21, 52 e 64).

A respeito da análise da repercussão da instrução nº 1 de 21 de fevereiro de 2011, da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios, concluiu-se que a Corte Distrital, de fato, passou a incorporar o ato normativo no corpo de seus julgados, ora mencionando-os de forma sucinta, ora tecendo avaliações pormenorizadas do impacto destes prazos frente ao princípio da razoabilidade.

Ocorre que o Tribunal optou por relegar à instrução apenas o caráter de recomendação. Os prazos ali estabelecidos são citados, via de regra, apenas para introduzir o tema da duração do processo. Ante as variadas circunstâncias do caso, a Corte muitas das vezes decide contrariamente ao pedido do réu, mantendo o seu cárcere.

Quando conveniente, o Tribunal aplica a previsão da instrução para denegar a ordem de *habeas corpus*, demonstrando a ausência de excesso de prazo pela não extrapolação dos marcos estabelecidos pela Corregedoria. Em raras ocasiões, a dita recomendação recebe ares de seriedade a ponto de se cogitar a concessão da ordem. Como restou demonstrado, normalmente, a 3ª Turma Criminal, de maneira louvável, é a que adota o melhor entendimento à luz do princípio da presunção de inocência, ao empregar, a favor do acusado, o critério da razoabilidade, em conjunto com a instrução da Corregedoria.

Afora essas situações excepcionais, considera-se que não vem sendo seguido o critério de interpretação determinado pela presunção de inocência, porquanto a garantia

constitucional da duração razoável do processo tem sido alegada em favor do Estado e em prejuízo do acusado.

Essa situação não se coaduna com o que se espera do Estado Democrático de Direito, pois este, como uma ferramenta do indivíduo contra as arbitrariedades do Estado, não admite a inversão das garantias arduamente conquistadas. O que se espera é a proteção e concretização das garantias em favor de indivíduo, não o contrário. É um contrassenso que o Estado, aqui representado pelo órgão do Poder Judiciário, possa ter espaço interpretativo suficiente para invocar uma garantia contra o réu. Não é admissível que se mantenha esse estado de inversão entre exceção e regra.

Diante disso, o que se espera é a atuação do Poder Legislativo para estabelecer prazos objetivos de duração da prisão preventiva, a fim de elidir a amplitude interpretativa e a subjetividade da análise da razoabilidade que hoje prevalece. Ademais, o prazo fixado deverá levar em conta as variáveis do caso concreto que eventualmente possam surgir, sempre prezando pela brevidade da prisão, ante as balizas estabelecidas pela presunção de inocência, que vedam a antecipação de pena.

Esse prazo, diga-se de passagem, deverá ter caráter cogente, capaz de ensejar a responsabilização pelo seu descumprimento. Os agentes públicos - magistrados e serventuários - devem prezar pela diligência no processo, afastando-se a figura dos prazos impróprios. Só assim as sagradas garantias constitucionais finalmente serão respeitadas a contento.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2016.

BRASIL. **Instrução nº 1, de 21 de fevereiro de 2011a**. Recomenda a observância de prazos na tramitação de processos nas Varas Criminais e de Execução Penal, em atendimento ao princípio constitucional da razoável duração do processo. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/instrucoes-da-corregedoria/2011/instrucao-1-de-21-02-2011>. Acesso em: 07 set. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (5. Turma). Habeas Corpus. **HC 508463/PA**. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto [...]. Impetrante: Bruno Natan Abraham Benchimol E Outro. Paciente: Elton Felix Gobi Lira. Impetrado: Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Relator (a): Min. Ribeiro Dantas. Brasília, 13 de agosto de 2019a. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201901267260&dt_publicacao=20/08/2019. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (6. Turma). Habeas Corpus. **HC500825/SP**. 1. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça [...]. Impetrante: Marcus Vinicius Albino Damasceno. Paciente: Nathan Paulo Santos Silva. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator(a): Min. Antonio Saldanha Palheiro. Brasília, 25 de junho de 2019b. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201900862791&dt_publicacao=01/07/2019. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma). Habeas Corpus. **20120020276424HBC**. I. Encerrada a instrução criminal fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo (Súmula 52 do STJ) [...]. Impetrante: Weber Teixeira Da Silva Neto. Paciente: Ana Paula da Silva Gomes. Impetrado: Juíza da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 13 de dezembro de 2012. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=641837&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=641837&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020034962HBC**. 1 Paciente preso preventivamente por infringir os artigos 288, 180 e 311 do Código Penal, depois de preso em flagrante junto com quatro comparsas quando detinha a posse de várias motocicletas subtraídas [...]. Impetrante: Wandercy Ferreira. Paciente: Brendon Garcia Rocha. Relator(a): Des.dor George Lopes Leite. Brasília, 07 de março de 2013a. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos->

web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=660354&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020048195HBC**. 1 Paciente custodiado preventivamente por infringir os artigos 288, 180 e 311 do Código Penal, depois de preso em flagrante, junto com quatro comparsas, na posse de motocicletas subtraídas [...]. Impetrante: Juliano Abadio Caland Julião. Paciente: Alex Aparecido Proença de Oliveira. Relator(a): Des.dor George Lopes Leite. Brasília, 7 de maio de 2015a. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=667703&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1)

web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=667703&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020062540HBC**. Demonstrado que as ações penais e o procedimento de apuração de ato infracional instaurados nas Comarcas de Unaí-MG e de Trindade-GO, referem-se a fatos diversos [...]. Impetrante: Maria Dulce Dos Santos Nascimento. Pacientes: Leandro Pereira De Farias, Heisenhaurie Gonçalves De Melo e Francisca Adriane Ferreira De Farias. Relator(a): Des.dor Romão C. Oliveira. Brasília, 4 de abril de 2013b. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=667118&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1)

web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=667118&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020191122HBC**. I. Presentes indícios de autoria e materialidade do crime, bem como a necessidade de garantia da ordem pública e de assegurar a aplicação da lei penal [...]. Impetrante: Renato Nogueira Villa Real e Outros. Paciente: Douglas Augusto dos Santos. Impetrado: Juíza de Direito do Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 5 de setembro de 2013c. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=709360&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=709360&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020006658HBC**. Demonstrado que o acusado é reincidente, a decisão que mantém a prisão preventiva não configura constrangimento ilegal [...]. Impetrante: Gilson Ferreira da Silva. Paciente: Edvan Da Silva Barros. Relator(a): Des.dor Romão C. Oliveira. Brasília, 23 de janeiro de 2014a. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=755176&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=755176&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020021574HBC**. 1 Paciente preso em flagrante por infringir o artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, por subtrair uma bicicleta, junto com comparsa [...]. Impetrante: Defensoria Pública do Distrito Federal. Paciente: Jean Henrique Rodrigues Sena. Impetrado: Juízo da Vara Criminal e Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante. Relator(a): Des.dor George Lopes Leite. Brasília, 6 de março de 2014b. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=767540&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=767540&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020080423HBC**. 1 Paciente acusado de infringir o artigo 121, § 2º, inciso IV, combinado com 14, inciso II, do Código Penal, e 16 da Lei 10.826/2003, depois de juntar comparsas [...]. Impetrante: Norberto Soares Neto E Outros. Paciente: Francisco Romualdo Alves De Oliveira. Impetrado: Juízo do Tribunal do Júri de Samambaia. Relator(a): Des.dor George Lopes Leite. Brasília, 22 de maio de 2014c. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=792802&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=792802&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020126474HBC**. 1 Pacientes acusados de infringirem os artigos o artigo 121, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, e 244-B da Lei 9.069/90, porque, junto com adolescente [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Bruno Fernando de Oliveira e Thiago Correia Rosa. Impetrado: Juízo de Direito da Vara Criminal e Tribunal do Júri de Brazlândia. Relator(a): Des.dor George Lopes. Brasília, 25 de junho de 2014d. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=804324&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=804324&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020179910HBC**. I. Os prazos processuais não podem ser avaliados com rigor absoluto, em homenagem ao princípio da razoabilidade [...]. Impetrante: Jonas Ramalho. Paciente: Aderaldo Marques Dos Santos. Impetrado: Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Juri de Brasilia. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 21 de agosto de 2014e. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=813566&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=813566&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020252504HBC**. Demonstrado que o Tribunal já se manifestou acerca da necessidade da segregação em outro habeas corpus impetrado em favor do paciente [...]. Impetrante: Karlos Eduardo de Souza Mares. Paciente: Anderson Monteiro do Nascimento. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Samambaia DF. Relator(a): Des.dor Romão C. Oliveira. Brasília, 23 de outubro de 2014f. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=827779&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=827779&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020260160HBC**. I. Os prazos processuais não podem ser avaliados com rigor absoluto, em homenagem ao princípio da razoabilidade [...]. Impetrante: Wander Gualberto Fontenele. Paciente: Yuri Andrade Ribeiro da Silva. Impetrado: Juiz de Direito do Tribunal do Júri e da Vara dos Delitos de Trânsito de Sobradinho/DF.

Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 5 de novembro de 2015b. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=904480&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=904480&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020264742HBC**. I. Os prazos processuais não podem ser avaliados com rigor absoluto, em homenagem ao princípio da razoabilidade [...]. Impetrante: Byanca Alves Teles. Paciente: Francines Lopes Bezerra. Impetrado: Juízo Da Tribunal Do Júri De Samambaia. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 29 de outubro de 2015c. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=903218&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=903218&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020298563HBC**. I. Os prazos processuais não podem ser avaliados com rigor absoluto, em homenagem ao princípio da razoabilidade [...]. Impetrante: Antonio Arnobio Timbó Rosendo. Paciente: Paulo Henrique Gomes Rodrigues. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Samambaia. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 26 de novembro de 2015d. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos->

web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=908961&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020335524HBC**. I. O conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a aplicação da lei penal [...]. Impetrante: Wander Gualberto Fontenele. Paciente: Walison Alves Teixeira. Impetrado: Juízo Da 3ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Sandra de Santis. Brasília, 21 de janeiro de 2016a. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=915081&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=915081&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020496755HBC**. 1 Paciente preso preventivamente em 27/11/2016, acusado de infringir o artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, depois de subtrair um automóvel [...]. Impetrante: Claudia Tereza Sales Duarte. Paciente: Jeyson Laurindo Da Silva Vanderlei. Impetrado: Juízo Da Vara Criminal E Tribunal Do Júri Do Riacho Fundo. Relator(a): Des.dor George Lopes. Brasília, 9 de fevereiro de 2017a. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=994633&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=994633&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020110644HBC**. 1) Impõe-se a manutenção da prisão cautelar, pela necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal [...]. Impetrante: Sandro Jose Rosa. Pacientes: Victor Nunes Da Silva e Marco Douglas Vieira Mendes. Impetrado: Juízo Da 4ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Ana Maria Amarante. Brasília, 4 de maio de 2017b. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1015182&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1015182&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (1. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020126645HBC**. 1. Não se verifica o constrangimento ilegal na decretação de prisão preventiva, como garantia da ordem pública e em decisão fundamentada [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Edson Ferreira Barros. Impetrado: Juízo Do Juizado De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher De Sobradinho - D.F. Relator(a): Des.dor Carlos Pires Soares Neto. Brasília, 22 de junho de 2017c. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1032922&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1032922&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20100020187884HBC**. 1. Estando a decisão objurgada devidamente fundamentada na necessidade da constrição cautelar para a garantia da ordem pública [...]. Impetrante: Luiz Carlos Bittencourt. Paciente: Francisco Macedônio de Oliveira Gomes. Impetrado: Juiz De Direito Da Primeira Vara Criminal Da Circunscrição Judiciária De Taguatinga-DF Relator(a): Des.dor Roberval Casemiro Belinati. Brasília, 16 de dezembro de 2010a. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=472153&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=472153&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20100020187893HBC**. 1. Estando a decisão objurgada devidamente fundamentada na necessidade da constrição cautelar para a garantia da ordem pública [...]. Impetrante: Luiz Carlos Bittencourt. Paciente: Manoel Pereira Dos Santos. Impetrado: Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Taguatinga-DF. Relator(a): Des.dor

Roberval Casemiro Belinati. Brasília, 16 de dezembro de 2010b. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=472154&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=472154&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20100020206184HBC**. 1. O habeas corpus não é meio adequado para a análise da culpabilidade ou da inocência do paciente [...]. Impetrante: Maria De Fátima Aparecida De Sousa. Paciente: Erenilson Pereira Brito. Impetrado: Juízo da 3ª Vara Criminal de Taguatinga. Relator(a): Des.dor João Timoteo de Oliveira. Brasília, 27 de janeiro de 2011b. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=478197&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=478197&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20110020000377HBC**. 1. Configura constrangimento ilegal a prisão cautelar do Paciente, por mais de 230 dias [...]. Impetrante: Gilson Afonso Saad. Paciente: Ezequiel De Souza Mendes. Impetrado: Juízo Da Primeira Vara Criminal De Brasília/DF. Relator(a): Des.dor João Timoteo de Oliveira. Brasília, 03 de março de 2011c. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=487271&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=487271&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20110020005764HBC**. 1. Configura constrangimento ilegal prisão cautelar, por mais de 223 dias; e encontrando-se o processo, ainda, em fase de respostas à acusação constantes de denúncia [...]. Impetrante: Cleider Rodrigues Fernandes. Paciente: Paulo Gertulio Da Silva. Impetrado: Juízo da Primeira Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF. Relator(a): Des.dor João Timoteo de Oliveira. Brasília, 24 de fevereiro de 2011d.

Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=485625&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=485625&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020134752HBC**. Mostra-se fundamentada a decisão que converteu em preventiva com fundamento na garantia da ordem pública a prisão em flagrante pela prática de crime [...]. Impetrante: Rovilson Xavier Pacheco. Paciente: Evanildo Rodrigues Da Mota. Impetrado: Juiz da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Souza e Ávila. Brasília, 27 de junho de 2013d. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=688905&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=688905&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020183834HBC**. 1. Deve ser mantida a custódia cautelar do paciente diante da presença de indícios de autoria e prova da materialidade do crime homicídio qualificado e do requisito de garantia da ordem pública [...]. Impetrante: Fernanda Vieira Matos. Paciente: Alex Fernando Silva Junior. Impetrado: Juiz de Direito do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Ceilândia. Relator(a): Des.dor Roberval Casemiro Belinati. Brasília, 15 de agosto de 2013e. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=704400&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=704400&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020190626HBC**. 1. O excesso de prazo deve ser analisado de forma globalizada, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como as peculiaridades do caso concreto [...]. Impetrante: Daniel Cesar Correa De Carvalho Lopes Da

Rosa E Outros. Paciente: Rafael Borges Dos Santos. Impetrado: Juiz da Vara Criminal e Tribunal do Júri de São Sebastião. Relator(a): Des.dor Cesar Laboissiere Loyola. Brasília, 29 de agosto de 2013f. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=707592&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=707592&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020217598HBC**. 1. O prazo para a execução dos atos processuais não é absoluto, eis que varia conforme as peculiaridades de cada processo, motivo pelo qual [...]. Impetrante: Núcleo De Prática Jurídica Uniplan. Paciente: Marden Feitosa De Oliveira. Impetrado: Juiz de Direito do Tribunal do Júri de Brasília/DF. Relator(a): Des.dor João Timoteo de Oliveira. Brasília, 19 de setembro de 2013g. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=714394&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=714394&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020234526HBC**. A grande quantidade de droga apreendida com o paciente, que na mesma ocasião portava arma de fogo de uso permitido municada, demonstra a gravidade [...]. Impetrante: Warley Ferreira Gouveia. Paciente: Lucas Gomes De Moraes. Impetrado: Juiz da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, 24 de outubro de 2013h. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=729312&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=729312&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020305380HBC**. 1. Conforme atual entendimento jurisprudencial perante as Cortes de Justiça, o excesso de prazo na prisão cautelar não deve se apoiar [...]. Impetrante:

Luciano Dib. Paciente: Alessandro Sousa Dos Santos. Impetrado: 2ª Vara Criminal de Brasília. Relator(a): Des.dor Silvânio Barbosa dos Santos. Brasília, 16 de janeiro de 2014g. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=750989&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=750989&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020029194HBC**. 1. A periculosidade do paciente, revelada por meio do modus operandi do delito, ainda que favoráveis as circunstâncias pessoais [...]. Impetrante: Jonas Ramalho. Paciente: Robson Medeiros Da Silva. Impetrado: 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Santa Maria/DF. Relator(a): Des.dor Silvânio Barbosa dos Santos. Brasília, 27 de fevereiro de 2014h. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=766308&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=766308&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020150348HBC**. A periculosidade concreta dos pacientes é denotada no modus operandi da associação criminosa armada, formada para a prática de crimes [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: B.R.D.B., V.M.A. e M.D.S.S. Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JURÍ DE BRAZLÂNDIA. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, 24 de julho de 2014i. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=806605&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=806605&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020150612HBC**. O modus operandi e as circunstâncias dos crimes de roubos praticados com emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, dentre as quais menores, [...]. Impetrante: Ana Cristina Rodrigues De Almeida. Paciente: Alisson Jordan Rodrigues Do

Nascimento. Impetrado: Juízo Da Segunda Vara Criminal Do Paranoá. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, 24 de julho de 2014j. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=806601&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=806601&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020235824HBC**. 1. Apesar de o paciente ser primário, efetuou três roubos em sequência e a jurisprudência desta Corte reconhece que a continuidade delitiva justifica [...]. Impetrante: Josianne Diniz Gonçalves, Daniela Barroso Strieder. Paciente: Francisco Das Chagas Oliveira Lima. Impetrado: Juízo Da 7ª Vara Criminal De Brasília DF. Relator(a): Des.dor Silvânio Barbosa. Brasília, 9 de outubro de 2014l. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=825215&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=825215&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020317030HBC**. A Instrução nº 1, de 21 de fevereiro de 2011, da Corregedoria de Justiça deste Tribunal, à luz do que definido pelo CNJ, recomenda a observância dos prazos [...]. Impetrante: Heliane De Oliveira Ludovino. Paciente: Willian Francisco Da Silva. Impetrado: Juiz De Direito Da 2ª Vara Criminal De Taguatinga DF. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, 22 de janeiro de 2015e. Disponível em: Acesso em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=843720&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=843720&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020325115HBC**. Mantém-se a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública e da instrução criminal, em razão da gravidade concreta do crime [...].

Impetrante: Izabel Cristina Diniz Viana. Paciente: Edmilson Dias Da Silva. Impetrado: Juiz De Direito Da Vara Criminal E Tribunal Do Júri De Santa Maria - D.F. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, julgado em 22 de janeiro de 2015f. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=843729&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=843729&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020172618HBC**. 1. A alegada ausência dos requisitos da prisão preventiva da paciente consubstancia matéria já apreciada por esta Corte de Justiça em habeas corpus anterior [...]. Impetrante: Damião Da Matta Dias De Azevedo. Paciente: Aline Carvalho Vieira Bento. Impetrado: Juiz De Direito Da 2ª Vara Criminal De Samambaia. Relator(a): Des.dor Roberval Casemiro Belinati. Brasília, 16 de julho de 2015g. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=883044&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=883044&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020246560HBC**. 1. Os prazos estabelecidos na lei processual não são absolutos, devendo-se observar, no presente caso, o critério da razoabilidade [...]. Impetrante: Daniel Ribeiro De Araujo, Jorge Luis Araujo Novaes. Paciente: Daniel Fellipe Rodrigues Trois. Impetrado: Juízo Da 4ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Silvanio Barbosa dos Santos. Brasília, 25 de outubro de 2015h. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=900785&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=900785&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020306292HBC**. 1. Tendo em vista a suposta prática de crime cuja pena

máxima é superior a 04 (quatro) anos (artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal) [...]. Impetrante: Wilson Vieira Melo. Paciente: Euclides De Carvalho Rodrigues Júnior. Impetrado: Juiz De Direito Da 4ª Vara Criminal De Ceilandia. Relator(a): Des.dor Cesar Loyola. Brasília, 21 de janeiro de 2016b. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=915161&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=915161&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020031692HBC**. 1. O fato de o paciente ter sido preso em flagrante pela prática, em tese, dos crimes de corrupção passiva e organização criminosa, aliado às circunstâncias fáticas em que a conduta foi praticada [...]. Impetrante: Douglas Romero Souza De Oliveira. Paciente: Marciel Pereira De Sousa. Impetrado: Juiz De Direito Da 1ª Vara Criminal Do Gama/DF. Relator(a): Des.dor João Timóteo de Oliveira. Brasília, 3 de março de 2016c. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=924821&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=924821&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020083598HBC**. 1. A alegada ausência dos requisitos da prisão preventiva da paciente consubstancia matéria já apreciada por esta Corte de Justiça [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Simone De Oliveira Magalhães. Impetrado: Juiz De Direito Da 1ª Vara Criminal Do Gama DF. Relator (a): Des.dor João Timóteo de Oliveira. Brasília, 28 de abril de 2016d. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=938279&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=938279&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020222266HBC**. O modus operandi e as circunstâncias dos crimes demonstram o risco para a ordem pública com a colocação da paciente em liberdade, em razão de sua real periculosidade [...]. Impetrante: Núcleo De Prática Jurídica Do Unieuro. Paciente: Jonathan Carlos Oliveira Figueiredo Impetrado: Juíza De Direito Da 1ª Vara Criminal De Ceilândia. Relator(a): Des.dor Souza e Avila. Brasília, 23 de junho de 2016e. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=949665&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=949665&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020111028HBC**. 1. Os prazos estabelecidos para a instrução processual não são absolutos, admitindo-se a razoável flexibilização no seu cumprimento, devendo eventual demora na conclusão [...]. Impetrante: D.D.O.S. Paciente: G. A. P. Impetrado: J.D.4.V.C.D.C. Relator(a): Des.dor Roberval Casemiro Belinati. Brasília, 4 de maio de 2017d. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1015528&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1015528&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020114245HBC**. 1. Justificada a evocação do artigo 312 do Código de Processo Penal para a decretação da segregação cautelar, com fundamento na garantida da ordem pública [...]. Impetrante: Délcio Gomes De Almeida. Paciente: José Humberto De Oliveira Cruz. Impetrado: Juiz De Direito Da 3ª Vara Criminal De Taguatinga – DF. Relator(a): Des.dor Silvanio Barbosa dos Santos. Brasília, 4 de maio de 2017e. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1015366&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1015366&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (2. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020116860HBC**. 1. Quanto ao pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, este deve ser alvo de análise pela autoridade judiciária de primeira instância [...]. Impetrante: Rômulo Colbert Torres Maciel. Paciente: Thalisson Figueira Coutinho. Impetrado: Juízo Da Terceira Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Silvanio Barbosa dos Santos. Brasília, 18 de maio de 2017f. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1018770&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1018770&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal), Habeas Corpus. **20130020191243HBC**. I - Não há ilegalidade na decisão do juiz que converte o flagrante em prisão preventiva, quando preenchidos os requisitos legais insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal [...]. Impetrante: Lairson Rodrigues Bueno. Paciente: Rodrigo Cavalcante Da Fonseca. Impetrado: Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 29 de agosto de 2013i. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=707577&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=707577&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020127245HBC**. I - Os prazos estabelecidos para o encerramento da instrução processual não são absolutos, admitindo-se a flexibilidade à luz da razoabilidade e da proporcionalidade [...]. Impetrante: Carolina Nunes Pepe. Paciente: Cleiton Costa Nascimento. Impetrado: Juiz de Direito do Tribunal do Júri de Brasília. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 4 de julho de 2013j. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=691578&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=691578&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020281490HBC**. I - Não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo se o prolongamento da instrução criminal é justificado pelas circunstâncias do caso [...]. Impetrante: Altamiro Silva De Medeiros E Outros. Paciente: Altamiro Silva De Medeiros E Outros. Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Taguatinga. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 9 de janeiro de 2014k. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=749076&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=749076&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20130020301080HBC**. I - Os prazos estabelecidos para o encerramento da instrução processual não são absolutos, admitindo-se a flexibilidade à luz da razoabilidade e da proporcionalidade [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Wesley Goncalves Dos Santos. Impetrado: Juízo da 3ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor José Guilherme. Brasília, 30 de janeiro de 2014m. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=756452&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=756452&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020103817HBC**. I - Os prazos estabelecidos para o encerramento da instrução processual não são absolutos, admitindo-se a flexibilidade à luz da razoabilidade e da proporcionalidade [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Marcosuel Goncalves Martins. Impetrado: Juiz de Direito do Tribunal do Júri e Vara dos Delitos de Trânsito de Sobradinho. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 29 de maio de 2014n. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=793926&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=793926&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&)

legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=.1 Acesso em; 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020223586HBC**. I - Verificado o excesso de prazo na segregação cautelar de paciente preso preventivamente a mais de 230 (duzentos e trinta dias), sem que se iniciasse sequer a fase instrutória do processo, evidenciado está o constrangimento ilegal [...].

Impetrante: Gleyciano Antonio Martins Gois. Paciente: José Vitor Wasef Da Silva.

Impetrado: Juiz De Direito Da Vara Do Tribunal Do Júri De Samambaia – DF. Relator(a):

Des.dor José Guilherme. Brasília, 30 de outubro de 2014o. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=829130&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1)

[web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=829130&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=829130&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020307906HBC**. 1. Ultrapassado em mais de dois meses o prazo de 178 dias previsto na Instrução nº 1, de 21.02.2011 da Corregedoria de Justiça para encerramento da instrução na primeira fase do Tribunal do Júri [...].

Impetrante: Aline Batista Duarte. Paciente: Jefferson Aragão Furtado. Impetrado: Juízo Do Tribunal Do Júri De Samambaia DF.

Relator(a): Des.dor João Batista Teixeira. Brasília, de dezembro de 2014p. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=839000&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1)

[web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=839000&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=839000&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20140020324885HBC**. I - Os prazos estabelecidos para o encerramento da instrução processual não são absolutos, admitindo-se a flexibilidade à luz da razoabilidade e da

proporcionalidade [...]. Impetrante: Wander Gualberto Fontenele. Paciente: Marcelo Alves De Sousa Junior. Impetrado: Juiz Do Tribunal Do Júri De São Sebastião. Relator(a): Des.dor José Guilherme. Brasília, 22 de janeiro de 2015i. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=843624&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BA)

[web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=843624&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BA](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=843624&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BA)

SE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020103792HBC**. 1. O risco fundado de reiteração delitiva, extraído da folha penal do paciente, que registra condenação com trânsito em julgado e processo em andamento, é fundamento idôneo [...]. Impetrante: Romulo Pinheiro Bezerra Da Silva. Paciente: Antônio De Pádua Dias Do Nascimento. Impetrado: Juiz De Direito Da 3ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Jesuino Rissato. Brasília, 23 de abril de 2015j. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=862662&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=862662&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020131218HBC**. 1. Ultrapassado o prazo de 148 dias previsto na Instrução nº 1, de 21.02.2011, da Corregedoria de Justiça, para encerramento da instrução criminal, e não tendo o paciente ou sua defesa dado causa ao atraso [...]. Impetrante: Thais Carvalho Lobo, Maria Cecília Carvalho. Paciente: Marcos Braga Duarte. Impetrado: Juiz De Direito Da 3ª Vara Criminal De Ceilândia DF. Relator(a): Des.dor João Batista Teixeira. Brasília, 11 de junho de 2015k. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=873620&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=873620&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020144372HBC**. I - Não há que se falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando se verifica que não houve a extrapolção de prazo para o encerramento da instrução criminal, consoante recomendação disposta na Instrução [...]. Impetrante: Enázio Nascimento Nogueira. Paciente: Josué Ferreira Da Silva. Impetrado: Juiz De Direito Do Juizado De Violencia Domestica E Familiar Contra A Mulher De Samambaia DF. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 11 de junho de 2015l. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=)

&numero=873481&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020176163HBC**. I – O excesso de prazo deve ser analisado à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se, no caso concreto, a natureza e a complexidade da causa. Impetrante: Wanderley Ferreira Nunes. Paciente: Alefe Corrêa Nunes. Impetrado: Juízo Da 1ª Vara Criminal Do Paranoá. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 6 de agosto de 2015m. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=886287&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=886287&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020222034HBC**. I - O Código de Processo Penal Brasileiro não estabeleceu um prazo de duração da prisão preventiva, todavia, tem-se orientação jurisprudencial [...].

Impetrante: DINALVA ALMEIDA COSTA. Paciente: Adriano Monteiro De Araújo.

Impetrado: Juiz De Direito Da Sétima Vara Criminal De Brasília – DF. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas. Brasília, 3 de setembro de 2015n. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=892092&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=892092&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20150020296783HBC**. 1. Não há se falar em pedido juridicamente impossível em habeas corpus, impetrado em favor de paciente acusado do crime tipificado no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/06 [...]. Impetrante: Delar Roberto Stecanela Savi. Paciente: Samuel Monteiro Quintino Da Rocha. Impetrado: Juízo Da 4ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Sandoval Oliveira. Brasília, 19 de novembro de 2015o.

Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS

&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=906808&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020295102HBC**. 1. É cediço que os prazos estabelecidos para o processo penal não são absolutos, podendo haver razoável flexibilização no seu cumprimento [...].

Impetrante: Adaauto Altino Da Silva. Paciente: Francinaldo Da Silva Clementino. Impetrado: Juiz De Direito Da Vara Do Tribunal Do Júri De Ceilândia – DF. Relator(a): Des.dor Sandoval Oliveira. Brasília, 28 de julho de 2016f. Disponível em:

[https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=957115&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=957115&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3 Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020385318HBC**. Direito Processual Penal. Habeas Corpus. Organização Criminosa voltada ao cometimento de crimes de roubo, furto, receptação e adulteração de sinais identificadores de veículos automotores de grande porte. Atuação criminosa em mais de uma unidade da Federação [...]. Impetrante: Cláudio Louzeiro Gonçalves De Oliveira.

Paciente: José Carlos pereira Gomes. Impetrado: Juízo Da Vara Criminal E Tribunal Do Júri De Brasília DF. Relator(a): Des.dor Waldir Leôncio Lopes Júnior. Brasília, 29 de setembro de 2016g. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=970332&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1)

[web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=970332&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=970332&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020432015HBC**. 1. O Paciente foi preso em flagrante em 12 de junho de 2016, por suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, c/c art. 29, ambos do Código Penal, tendo sido a sua prisão convertida [...]. Impetrante: Defensoria Pública Do Distrito Federal. Paciente: Paulo Gabriella Silva Abreu. Impetrado: Juízo Da 1ª Vara Criminal De Taguatinga. Relator(a): Des.dor Waldir Leôncio Lopes Júnior. Brasília, 13 de outubro de 2016h. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos->

web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=973478&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1. Acesso em; 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020445442HBC**. Direito Processual Penal. Habeas Corpus. Prisão preventiva. Tráfico de entorpecentes. Excesso de prazo (art. 1º, parágrafo único, da Instrução 1/2011 – Corregedoria do TJDF) [...]. Impetrante: Solange Claret Cavalcante. Paciente: Genivaldo Martins Cardoso Filho. Impetrado: Juízo Da 3ª Vara De Entorpecentes Do Distrito Federal. Relator(a): Des.dor Waldir Leôncio Lopes Júnior. Brasília, 24 de novembro de 2016i. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=983429&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=983429&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020482985HBC**. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. RELAXAMENTO DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA 5 MESES E 11 DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CRITÉRIO DE RAZOABILIDADE [...]. Impetrante: Julia Solange Soares De Oliveira. Paciente: Valdinei Alves Feitosa. Impetrado: Juiz De Direito Da Vara Criminal E Do Tribunal Do Júri De Águas Claras – DF. Relator(a): Des.dor Demetrius Gomes Cavalcanti. Brasília, 24 de novembro de 2016j. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=983509&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=983509&tipoDeRelator= TODOS&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20160020493023HBC**. 1. Válido é o decreto de prisão preventiva para garantia da ordem pública, quando se verifica que o paciente ostenta reincidência e foi preso em flagrante [...]. Impetrante: Ricardo Ferreira De Brito. Paciente: Dárcio José Guimarães Lima.

Impetrado: Juízo Da Primeira Vara Criminal e Tribunal Do Júri De Brazlândia – DF. Relator(a): Des.dor Jesuino Rissato. Brasília, 26 de janeiro de 2017g. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=990422&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=990422&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020116708HBC**. 1. Se o objeto do habeas corpus - pedido e causa de pedir - é em parte idêntico a outro já julgado pelo Tribunal, e não há menção a fato ou fundamento jurídico novo [...]. Impetrante: Flávio Alves De Lima. Paciente: M. B. A. Impetrado: Juiz De Direito Da 2ª Vara Criminal De Brasília – DF. Relator(a): Des.dor Jesuino Rissato. Brasília, 18 de maio de 2017h. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1018751&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1018751&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020118416HBC**. I - Não se admite a impetração na parte em que formula o mesmo pedido apreciado em habeas corpus anterior, sem a apresentação de fatos novos [...]. Impetrante: Joao Paulo Cavalcanti Almeida. Paciente: Tiago Augusto Da Silveira Borges. Impetrado: Juízo Do Tribunal Do Júri De Samambaia. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas Custodio. Brasília, 8 de junho de 2017i. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1024242&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1024242&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020212464HBC**. I - Deve ser revogada a prisão preventiva decretada por descumprimento de medida protetiva quando o período da segregação cautelar superar prazo razoável, frente às penas mínimas cominadas aos delitos a ele imputados [...]. Impetrante:

Rômulo Colbert Torres Maciel E Outros. Paciente: Bruno Dias Rosas. Impetrado: Juízo Do Juizado De Violencia Domestica e Familiar Contra A Mulher De Samambaia. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas Custodio. Brasília, 23 de novembro de 2017j. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1063695&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1063695&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios. (3. Turma Criminal). Habeas Corpus. **20170020212753HBC**. I - Deve ser revogada a prisão preventiva decretada por descumprimento de medida protetiva quando o período da segregação cautelar superar prazo razoável, frente às penas mínimas cominadas aos delitos a ele imputados [...]. Impetrante: Wanderson Das Chagas Gomes. Paciente: Cloves Rocha Brasil. Impetrado: Juízo Do Juizado Especial Criminal E Juizado De Violência Doméstica Do Guará. Relator(a): Des.dor Nilsoni de Freitas Custodio. Brasília, 23 de novembro de 2017k. Disponível em: [https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=\[ESPELHO\]&argumentoDePesquisa=&numero=1063693&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=\[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS\]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=buscaLivre2&buscaPorQuery=1&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&filtroAcordaosPublicos=false&camposSelecionados=[ESPELHO]&argumentoDePesquisa=&numero=1063693&tipoDeRelator=TODO&dataFim=&indexacao=&ramoJuridico=&baseDados=[TURMAS_RECURSAIS,%20BASE_ACORDAOS_IDR,%20BASE_TEMAS,%20BASE_ACORDAOS,%20BASE_INFORMATIVOS]&tipoDeNumero=NumAcordao&tipoDeData=DataPublicacao&ementa=&filtroSegredoDeJustica=false&desembargador=&dataInicio=&legislacao=&orgaoJulgador=&numeroDaPaginaAtual=1&quantidadeDeRegistros=20&totalHits=1). Acesso em: 18 jul. 2019.

BRETAS, Adriano Sérgio Nunes. **O excesso de prazo no processo penal**. Curitiba: JM, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DELMANTO JÚNIOR, Roberto. **A garantia da razoável duração do processo penal e a reforma do CPP**. Revista do Advogado. São Paulo, v. 31, n. 113, p. 135-148. set. 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo penal constitucional**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GOMES, Bruna Bevilacqua. **Processo penal e o julgamento em prazo razoável. Necessidade de compreensão do “tempo razoável” como observância dos direitos e garantias constitucionais dos acusados**. Artigo científico (Pós-graduação *lato sensu*) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 2-27.

HOTE, Rejane Soares. A garantia da razoável duração do processo como direito fundamental do indivíduo. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. São Paulo, Ano 8, n. 10, p. 467-492, jun. 2007.

INÁCIO, Roberto Varalo. A prisão preventiva e o excesso de prazo. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 70, p. 45-51, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1325162793.pdf. Acesso em 25 nov. 2018.

JOÃO, Ivone Cristina de Souza. O princípio constitucional da razoável duração dos processos e da celeridade processual. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, v. 11, n.13, p. 207-228. jan./dez. 2007.

LAURIA, Mariano Paganini. “**Duração razoável do Processo:** um direito fundamental do acusado como limite temporal à prisão preventiva”. [2010]. Disponível em <http://www.ibccrim.org.br>. Acesso em 21 nov. 2018.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2017a.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES JUNIOR, Aury. **Prisões cautelares**. São Paulo: Saraiva, 2017b.

NAKAHARADA, Carlos Eduardo Mitsuo. **Prisão preventiva:** direito à razoável duração e necessidade de prazo legal máximo. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014

OLIVEIRA, Roberto da Silva. O direito fundamental à razoável duração do processo penal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 101, v. 919, p. 339-382, maio, 2012. Disponível em <https://revistadostribunais.com.br>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PINHEIRO, Guilherme César. As reformas processuais e o devido processo legal: incursões sobre a razoável duração do procedimento e a efetividade no processo democrático. **Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 77-116. jan./jun. 2011.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

SANTOS, Vinícius Lang dos. **O direito constitucional ao prazo razoável e a duração da prisão preventiva**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4789>. Acesso em 25 nov. 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 4. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

WUNDERLICH, Alberto. “**Princípio da presunção de inocência e a natureza jurídica da prisão preventiva**”. [2008]. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2018.